

BETANIA LIMA XIMENES

**ESTUDO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DOS JOVENS EGRESSOS  
DOS CURSOS DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA NA ÁREA DE  
TURISMO E HOTELARIA NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS NO ANO DE 2001**

São Luís

2002

Ximenes, Betania Lima

Estudo dos vínculos empregatícios dos jovens egressos dos cursos do programa de capacitação solidária na área de turismo e hotelaria no município de São Luís no ano de 2001 / Betania Lima Ximenes. – São Luis, 2002.

88 p.

Monografia (Bacharel em Turismo) – Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, 2002.

1. Turismo – Mercado – Trabalho – São Luis (MA) 2 . Turismo – Programa de Capacitação Solidária I. Título.

CDD – 338.479 1

CDU – 379.851:331.5 (812.1)

**ESTUDO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DOS JOVENS EGRESSOS  
DOS CURSOS DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA NA ÁREA DE  
TURISMO E HOTELARIA NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS NO ANO DE 2001**

Monografia de Graduação, apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

---

Fabiana Mendes Lobato (Orientadora)

São Luís

2002

BETANIA LIMA XIMENES

**ESTUDO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DOS JOVENS EGRESSOS  
DOS CURSOS DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA NA ÁREA DE  
TURISMO E HOTELARIA NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS NO ANO DE 2001**

Monografia submetida ao curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão,  
para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Fabiana Mendes Lobato (Orientadora)  
Mestre em Ciências da Comunicação

---

Profª Mestra Conceição Belfort

---

Profª Mestra Klautenys Dellene Barros Guedes

À Deus.

Aos meus pais.

Aos meus avós.

Aos meus amigos

*"A noção de responsabilidade pelos outros, significa que, como indivíduos, e como sociedade de indivíduos temos o dever de zelar por cada membro de nossa sociedade" (DALAI LAMA)*

#### AGRADECIMENTOS

Agradeço a finalização da minha primeira jornada profissional àqueles que diretamente foram envolvidos na execução deste projeto, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a Deus.

À minha família que sempre esteve ao meu lado com companheirismo, amor e atenção e que nunca mediu esforços para concretizar meus sonhos.

À minha amiga Monique, pela amizade constante e pelos momentos de descontração.

Àos meus amigos Natália Machado, Daniele Camargo, Raílson Castro e Flávio Medeiros pelo incentivo e apoio para realização e finalização deste projeto.

À minha orientadora, Fabiana Lobato, pelos conselhos, companheirismo e paciência durante a minha vida acadêmica.

À professora Kláutenys pela atenção e acompanhamento.

Às minhas amigas Caroline Maluf e Adriana Flexa, pela força e carinho durante a vida acadêmica.

À todos os jovens egressos dos cursos de Capacitação Solidária que contribuíram para conclusão de um sonho, em especial, à minha aluna Joelma Santos.

## LISTA DE TABELAS

		p.
TABELA 1	Panorama das organizações entrevistadas	59
TABELA 2	Experiência profissional anterior à participação do Programa de Capacitação Solidária	60
TABELA 3	Tipos de vínculos adquiridos antes da participação no curso da capacitação	60
TABELA 4	Motivos pelo qual não permaneceu no emprego	61
TABELA 5	O trabalho e a relação com a área de qualificação apreendida no curso	61
TABELA 6	Motivos pelo qual não adquiriu emprego antes de participar do programa	62
TABELA 7	Experiência profissional durante a participação do PCS	63
TABELA 8	Motivo pelo qual não adquiriu emprego durante a participação no programa	63
TABELA 9	Experiência profissional após a participação do PCS	64
TABELA 10	Tipos de vínculos adquiridos após a participação no curso de Capacitação	64
TABELA 11	O trabalho em relação à área de qualificação apreendida no curso	65
TABELA 12	Motivo pelo qual não permaneceu no emprego após participar do programa	65
TABELA 13	Motivos pelo qual não adquiriu emprego após a participação no programa	66
TABELA 14	Realização de trabalho com o trabalho extra durante o período de vivência prática	67
TABELA 15	Aspiração profissional futura	67
TABELA 16	Relacionamento com os colegas de trabalho	68
TABELA 17	Relacionamento com os patrões	68
TABELA 18	Remuneração obtida	69
TABELA 19	Carga horária de trabalho	70
TABELA 20	Atividades desenvolvidas	70
TABELA 21	Ambiente de trabalho	71
TABELA 22	O curso	71

## LISTA DE SIGLAS

AAPCS - Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária.  
ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira.  
ALFASOL - Programa de Alfabetização Solidária.  
BID - Banco Internacional de Desenvolvimento.  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.  
CCS - Conselho da Comunidade Solidária.  
CLT - Código das Leis Trabalhistas.  
CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.  
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações.  
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo.  
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.  
GEPLAN - Gerência de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Maranhão  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.  
IES - Instituto de Ensino Superior.  
MEC - Ministério da Educação.  
OC - Organização Capacitadora.  
ONG - Organização Não-Governamental.  
PCS - Programa Capacitação Solidária.  
PRODETUR-NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.  
RITS - Rede de Informação para o Terceiro Setor.  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.  
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.  
SENAST - Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte.  
SESC - Serviço Social do Comércio.  
SESI - Serviço Social da Indústria.  
SEST - Serviço Social do Transporte.  
SINE - Sistema Nacional de Emprego.  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.  
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão.  
UFMA - Universidade Federal do Maranhão.  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.  
UNISOL - Programa da Universidade Solidária.  
USP - Universidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	p. 07
LISTA DE SIGLAS	08
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2. O TURISMO E A REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA NACIONAL E MARANHENSE</b>	15
2.1 Situação Sócio-Econômica do Brasil e do Maranhão	15
2.2 Turismo como Atividade Geradora de Emprego e Renda	18
<b>3. PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA</b>	22
3.1 Secretaria Executiva	23
3.2 Conselho Comunidade Solidária	24
3.3 O Programa de Alfabetização Solidária	25
3.4 Programa Universidade Solidária	27
3.5 Programa Voluntários	28
3.6 Programa de Artesanato Solidário	29
<b>4. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA</b>	30
4.1 O Programa de Capacitação Solidária em São Luís	32
4.2 Público-Alvo	33
4.3 Cursos Promovidos	35
4.4 Concursos	36
4.5 Cursos de Capacitação	39
4.6 Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária	45
<b>5. CONCEPÇÃO BÁSICAS SOBRE O TRABALHO DO MENOR</b>	50
5.1 Os Tipos de Vínculos Empregatícios	53
<b>6. SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA DOS JOVENS EGRESSOS</b>	55
6.1 Procedimentos Metodológicos	55
6.2 Análise da Pesquisa de Campo	60
6.3 Alternativas de Aperfeiçoamento/Melhoria do Programa	74
<b>7. CONCLUSÃO</b>	75
<b>8. ANEXOS</b>	78
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	87

## RESUMO

Estudo dos vínculos empregatícios dos jovens egressos dos cursos do Programa de Capacitação Solidária na área de turismo e hotelaria no município de São Luís no ano de 2001. Analisa-se a realidade sócio-econômica nacional e maranhense e o turismo como atividade geradora de emprego e renda. Descreve-se a operacionalização do Programa Comunidade Solidária e a realização do Programa de Capacitação Solidária em São Luís. Verifica-se a inserção dos jovens no mercado de trabalho local.

## Abstract

The study of the employable links of the students coming from the Solidary Capacitation Program course in tourism activities and hotel management in the city of São Luis in the year of 2001. It analyzes the national and statewide (Maranhao) socio-economical reality as well as tourism as an activity which generates jobs and income. It describes the operation of Solidary Community Program in Sao Luis. It verifies the insertion of the young people in the market place.

## **1. INTRODUÇÃO**

O fenômeno turístico no Brasil vem ganhado prestígio, o que coloca o país no 27º lugar no ranking da Organização Mundial de Turismo dos países mais visitados do mundo. Isso é resultado de grandes investimentos públicos e privados que estão sendo realizados neste setor. Em 2001, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) vinculado ao Ministério do Esporte e Turismo gastou cerca de US\$ 16 milhões em comunicação. Neste ano será injetado aproximadamente US\$ 30 milhões. Suas metas são atingir 5,5 milhões de estrangeiros, expandir para 57 milhões o fluxo do turismo doméstico e gerar 500 mil novos empregos até o fim de 2002 (ARAÚJO, 2002).

O turismo é uma atividade geradora de riquezas, para que isto aconteça deve ser realizado por profissionais comprometidos com o desenvolvimento social, para que todos possam se beneficiar com o mesmo, através de melhores condições de infra-estrutura habitacionais, empregatícias e de renda, dentre outras. O Brasil possui diversos pólos com potencial turístico, sendo rico em recursos naturais e culturais, no entanto, é detentor de uma grande pobreza social, concentrada principalmente na Região Nordeste.

Para minorar os problemas sociais no país, surgem diversos programas e entidades comprometidas com as classes menos favorecidas, a fim de proporcionar através de projetos e/ou ações melhores condições de vida para essa população.

Surgindo dessa necessidade, o Programa Comunidade Solidária visa promover o desenvolvimento do país através do combate à pobreza, tendo como estratégias a geração de emprego e renda, o apoio ao desenvolvimento do ensino básico e a defesa dos direitos e promoção social das crianças e adolescentes no Brasil. Para operacionalizar estes objetivos foram criados programas específicos, assim destacam-se o Programa de Alfabetização Solidária, Universidade Solidária, Artesanato Solidário, Voluntários e Capacitação Solidária.

Este trabalho tem como objeto de estudo o Programa de Capacitação Solidária, que através da capacitação profissional de jovens de 16 a 21 anos busca o fortalecimento da sociedade civil. Objetivando aproveitar as oportunidades das economias das regiões

metropolitanas onde são lançados os concursos, o Programa tem incentivado as organizações da sociedade civil a apresentarem projetos inovadores, que permitam aos jovens maior facilidade de inserção no mercado de trabalho.

A necessidade da pesquisa é destacada quando são observados os empregos gerados pela atividade turística, e ainda que este ramo de atuação exige recursos humanos qualificados e dinâmicos. Torna-se relevante, pois não existem ainda trabalhos que verifiquem a empregabilidade dos jovens egressos dos cursos de Capacitação Solidária em São Luís, porém já aconteceram pesquisas semelhantes em outras regiões do Brasil, entretanto, não houve um enfoque no setor de turismo, que para nós é de fundamental importância uma vez que este cresce a cada dia em nosso Estado.

A metodologia utilizada na execução do trabalho baseou-se inicialmente em uma pesquisa de gabinete, buscando publicações que servissem de embasamento teórico para o estudo do tema proposto, o que se tornou uma dificuldade, pois existiam poucas referências bibliográficas que tratassem deste assunto. Para minimizar este problema foram realizados contatos via telefone com o escritório nacional responsável pela operacionalização do Programa de Capacitação Solidária, que disponibilizou todas as publicações de interesse. Para a análise da operacionalização do Programa de Capacitação Solidária em nível nacional e local, das organizações capacitadoras no município de São Luís ofertaram que cursos na área de turismo e hotelaria.

A segunda etapa foi a realização da pesquisa de campo, que se deu através de visitas às organizações capacitadoras, onde foram aplicados questionários juntos aos egressos, cujo objetivo foi buscar informações sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como os vínculos empregatícios adquiridos ou não. O número de questionários a serem aplicados foi definido pela projeção inicial de uma amostragem de 30% do total de 180 alunos capacitados, assim deveriam ser aplicados 54 questionários, sendo 09 questionários por organização. Devido às dificuldades encontradas durante a realização da pesquisa ocorreu

uma mudança na projeção de questionários a serem aplicados passando, assim a não ter critérios na quantia a ser respondida por cada jovens dentro das organizações.

No primeiro capítulo da presente monografia é analisada a realidade sócio-econômica nacional e local e a relação do desenvolvimento do turismo neste processo, em seguida é exposta a operacionalização do Programa Comunidade Solidária, bem como os seus projetos, suas ações nos seus mais diversos níveis, trazendo alguns números de sua atuação. O Programa de Capacitação Solidária é detalhado no terceiro capítulo, relatando-se o seu surgimento, o modo de atuação, o público-alvo, forma de participação e o monitoramento. No quarto capítulo expõem-se as concepções básicas sobre o trabalho do menor, apresentando a historicidade do trabalho infantil, as suas dificuldades e os seus direitos. Neste capítulo são definidos os tipos de vínculos empregatícios que os jovens egressos podem adquirir após a participação no Programa de Capacitação Solidária. A situação empregatícia dos jovens é analisada no quinto capítulo, descrevendo-se os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa e posteriormente apresenta-se a análise da pesquisa de campo, finalizando com uma análise geral do estudo em questão.

Espera-se que esta pesquisa sirva de apoio como fonte de conhecimento para elaboração de trabalhos e consultas de estudantes de turismo e pessoas interessadas no assunto. A fim de que os graduados através de informações obtidas com essa leitura, elaborem projetos sociais que visem a qualificar mão-de-obra jovem, uma vez que a Empresa Junior de Turismo - EJ Labotur já realizou ações dessa mesma natureza.

## **2. O TURISMO E A REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA NACIONAL E MARANHENSE**

### **2.1 Situação Sócio-Econômica do Brasil e do Maranhão**

Um grande problema da sociedade brasileira é a situação de pobreza em que vive a maioria da população, assim os programas sociais surgem como alternativa para minorar estes problemas. Para tanto, é preciso conhecer a situação econômica e social do nosso país e estado

para compreender como o desenvolvimento da atividade turística pode influenciar em mudanças positivas na economia e na sociedade.

Segundo Simon Schwartzman a causa da pobreza brasileira é estrutural alicerçada na exploração do trabalho pelo capital, no poder das elites que parasitam o trabalho alheio e saqueiam os recursos públicos e na alienação criada pelo sistema de exploração (SCHWARTZAM, 2001).

A pobreza e a desigualdade social são problemas muito antigos. Há séculos atrás Thomas Mathus argumentava que a causa da pobreza era justificada pela grande velocidade com que as pessoas se reproduziam em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. Mais tarde, o Comunismo apresentava uma solução para tal problema da humanidade, através do Manifesto Comunista destacando que a luta entre as classes sociais seria a solução para a pobreza (SCHWARTZAM, 2001).

Na Europa, no século XIX, com a social democracia, criou-se uma nova ordem social que garantia uma melhor distribuição de riqueza entre as classes, era a *Welfare State*, ou Estado de Bem Estar Social. Esta nova ordem conseguiu reduzir a pobreza sem afetar a riqueza. Cresceu ao longo desse século a noção de que todas as pessoas tinham direitos iguais enquanto que na economia brasileira a escravidão ainda era um componente essencial. No final do século XIX, o Brasil tentou implantar o Estado de Bem Estar Social, no entanto, os proletários e os burgueses eram poucos, os pobres eram a maioria. Nesse período ninguém havia se preocupado em criar leis e instituições para ajudar as classes sociais menos favorecidas economicamente, como havia sido feito no resto do mundo.

No Relatório de Combate à Pobreza no Brasil, do Banco Mundial, de 2001, fica estabelecida como uma pessoa pobre àquela que vive em um domicílio com renda per capita inferior ao equivalente a R\$ 65,00 por mês, a preço da região metropolitana de São Paulo. O Relatório destaca que o Brasil possui uma taxa de pobreza de 22,6%, o que significa que cerca de 34,9 milhões de brasileiros vivem numa linha inferior da linha de pobreza, sendo 63% só

na Região Nordeste. A pesquisa revela que uma grande parcela dos pobres é formada por trabalhadores no setor informal (22% são empregados informais e 37% são autônomos) e 15% são inativos. Apenas 15% dos pobres trabalham no setor formal (privado ou público), e só 5% são desempregados, revelando que políticas sociais ligadas ao emprego formal ou ao desemprego têm um impacto muito limitado sobre os pobres.

Constata-se ainda que as pessoas de menor poder aquisitivo têm menor acesso aos serviços públicos, tais como água, saneamento e coleta de lixo, sendo que 25% vivem sem eletricidade, 52% não têm acesso a água encanada, 68% não tem coleta de lixo e 78% não possuem rede de esgoto ou fossa. O nível de pobreza encontra-se estreitamente associada ao baixo nível de escolaridade, 73% dos domicílios pobres possuem chefes de família com no máximo quatro anos de estudos, o que interfere ativamente em sua colocação no mercado de trabalho e no seu nível de renda (BANCO MUNDIAL, 2001).

É possível diminuir os índices de pobreza no Brasil, esse objetivo pode ser alcançado com uma combinação de melhorias educacionais, políticas estruturais de cunho social, tais como reforma agrária e serviços rurais e urbanos, dentre outros. Atualmente já existem essas políticas e esses programas, o que deve ser pensado é como melhorar e aumentar a eficácia das medidas.

No Maranhão a situação não é diferente, percebe-se um crescimento da economia através de investimentos em novos empreendimentos e no desenvolvimento da atividade turística, no entanto, não ocorre uma distribuição de renda entre as classes, o que nos faz um dos estados mais pobres do país. Segundo dados do IBGE 62,3% dos maranhenses vivem abaixo da linha de miséria (MOREIRA, 2002, p. 34).

De acordo com a Gerência de Planejamento do Governo do Estado - GEPLAN, o Maranhão atrairá US\$ 19,4 bilhões em negócios nos próximos dez anos e US\$ 8,2 bilhões serão destinados para investimentos em infra-estrutura. A área de turismo receberá um investimento de US\$ 745 milhões visando gerar 9,2 mil empregos diretos (GEPLAN, 2002)

Uma alternativa para reerguer a economia e melhorar a qualidade de vida da população local é o desenvolvimento da atividade turística. Por que não utilizar a mesma alternativa no Brasil? O governo tem incentivado muitas medidas para investimento nesta área, porém é preciso ficar atento para que a possível dependência da economia do país para com essa atividade possa torná-lo vulnerável à sazonalidade da demanda, pois a diminuição deste fluxo pode ocasionar uma retração na atividade econômica.

Atualmente existe uma maior sensibilização no sentido de avaliar se o desenvolvimento da atividade turística não irá comprometer outros aspectos da economia, bem como seus impactos no ambiente natural e sócio-cultural. Para que o turismo provoque na economia efeitos favoráveis é necessário que se observe os seguintes fatores: a natureza dos equipamentos, recursos e sua atividade junto aos turistas; o volume e a intensidade dos gastos dos turistas nas destinações, o nível do desenvolvimento econômico, a base econômica da cidade receptora e o grau de distribuição e circulação das despesas realizadas pelos turistas dentro da localidade, bem como seu grau de adaptação à sazonalidade da demanda turística (RUSCHMANN, 1994, p. 48).

Os impactos desta atividade dependerão das condições econômicas e sociais em que o país se encontra, manifestando-se de forma diferenciada segundo as características e peculiaridades locais (RABAHY, 1990, p. 56). Cabe aos planejadores e à comunidade, de forma colaborativa e participativa, a responsabilidade de desenvolver uma atividade integrada e sustentável.

## 2.2 Turismo como Atividade Geradora de Emprego e Renda.

O desenvolvimento do turismo tem contribuído para o crescimento de locais com economias debilitadas, pois, como já foi destacado anteriormente, os impactos desta atividade dependerão das condições econômicas e sociais em que o país se encontra, assim é necessário observar e conhecer o desenvolvimento desta atividade nos níveis mundial, nacional e local, visto que o setor é de fundamental importância para as economias nacionais, pois reflete em

vários campos de atividade, provocando efeitos na produção, no emprego, no setor público, no desenvolvimento regional, na distribuição de renda, nos preços, no tipo de câmbio e na moeda, dentre outros (OMT apud BRASIL, H., 2001, p. 89). O turismo é uma atividade multifacetada, possuindo interligação com outros diversos setores da economia como: alimentos, transportes, construção civil, vestuários, entretenimentos etc.

A receita de turismo no mundo gira em torno de US\$ 4.494,5 bilhões, dos quais US\$ 58,2 bilhões referem-se à receita do turismo no Brasil. O fluxo de turistas de lazer e negócios, em nível nacional, cresceu a uma taxa média anual de 4,2% e 3,42% em termos mundiais e nacionais, respectivamente. Assim, o turismo desponta no mundo como atividade sócio-econômica, pois gera emprego e renda para as áreas receptoras. Atualmente, a atividade turística emprega no mundo 8,2% do total de trabalhadores e no Brasil esse índice é de 7,5% (LOBATO, 2002).

Em todo o planeta, a atividade turística movimenta por ano cerca de US\$ 4 trilhões, o que corresponde 10% do PIB mundial, sendo responsável pela geração 280 milhões de empregos no mundo, de cada 11 empregados um trabalha com turismo (ARAÚJO, 2002, p.23).

Segundo a matriz insumo-produto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o turismo no Brasil impacta 52 segmentos diferentes da economia. Essa diversidade de setores que se interligam por uma mesma atividade cria muitas oportunidades de empregos, tanto para trabalhadores especializados como semi-especializados. Assim este setor é grande gerador de empregos, visto que a automação é menor nessa atividade, quando comparado com os setores industriais, criando empregos diretos, indiretos e induzidos (ARENDIT, 2000). Em nível nacional o setor gera 4,4 milhões de empregos diretos e 11 milhões de empregos indiretamente. Os salários dos profissionais variam entre R\$ 420,00 e R\$ 15mil (ARAÚJO, 2002, p.23).

Os estudos realizados pela World Travel and Tourism Council revelaram que no ano de 2000 foram gerados 5,3 milhões de empregos decorrentes da atividade turística, o que representa 7,4 % do total da população ocupada no território nacional. A ABIH (Associação Brasileira da Indústria Hoteleira), estima que os 10 mil meios de hospedagens existentes no país são responsáveis pela geração de 720 mil empregos, sendo 180 mil diretos. O setor de eventos também tem crescido muito no Brasil, só no estado de São Paulo o segmento movimentou US\$ 900 milhões e emprega 55 mil pessoas. ( FIPE/USP-EMBRATUR E IBGE apud BRASIL, H., 2001).

É exatamente a empregabilidade gerada pelo turismo que se torna relevante. No entanto, é difícil fazer estimativa sobre os empregos totais gerados por esta atividade, visto que o turismo engloba os mais variados setores da economia. Na maioria dos países as estimativas do número de empregos e da renda gerados pelo turismo são feitas através de pesquisas de amostragem, com base em estudos de análise multiplicadora ou tabelas de entradas e saídas.

A quantidade de postos de trabalhos que é criada especificamente pela necessidade de atender aos turistas é considerada como empregos diretos, já aqueles que desviam mão-de-obra para outros setores da economia são os empregos indiretos. Uma questão que deve ser destacada é que a empregabilidade gerada por esta atividade é, em muitos casos, afetada pelas demandas de temporadas, entretanto deve-se notar que para muitos os trabalhos sazonais são opções preferenciais (LICKORISH, 2000).

Nos últimos anos, o turismo no Brasil vem crescendo a uma taxa de 3,5%, o que significou no ano de 2000, uma contribuição de 7% para a formação do Produto Nacional Interno Bruto - PIB. No mesmo ano a receita obtida pelos gastos dos turistas nas localidades visitadas atingiu o valor de US\$ 476 bilhões e uma taxa média de crescimento de 5,9% (BRASIL H., 2001). O governo, nos últimos seis anos investiu US\$ 10 bilhões para o

desenvolvimento da atividade turística. Em 2001, a área faturou US\$ 20 bilhões com o turismo doméstico e US\$ 4,5 bilhões como o turismo internacional (ARAÚJO, 2002, p.23).

Os números positivos do crescimento desta atividade em nível nacional podem ser explicados por alguns fatores como: estabilidade da moeda nacional, que ocasionou a queda da inflação; o ajuste fiscal e monetário do governo; o fortalecimento da EMBRATUR; a melhoria da infra-estrutura associada ao saneamento básico, a modernização dos aeroportos e o processo de capacitação e de formação de mão-de-obra especializada para diversos segmentos da atividade. Os investimentos públicos em infra-estrutura básica em regiões turísticas somam, desde 1995, mais de US\$ 2,5 bilhões. Só na região nordeste foram investidos US\$ 670 milhões através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE (BRASIL H., 2001).

O Maranhão, seguindo a tendência do crescimento do fenômeno turístico nacional, busca fomentar o turismo local através do Plano Maior (Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão) dividindo o Estado em seis pólos turísticos: Pólo Cultural, engloba as cidades de São Luís e Alcântara; Pólo dos Lençóis Maranhenses; Pólo do Delta das Américas; Pólo das Chapadas das Mesas - compreendendo o cerrado maranhense, ao sul; Pólo da Floresta dos Guarás - reentrâncias maranhenses, o litoral; e Pólo dos Lagos, envolvendo a baixada maranhense. A meta é aumentar a demanda turística atual de 600 mil para 1 milhão até o ano de 2010 (GEPLAN, 2000, p. 18).

Esta política de incentivo ao setor turístico trouxe ao Maranhão um crescimento da atividade que pode ser percebido através da criação de novos empreendimentos hoteleiros; abertura de novas agências receptivas, bares e restaurantes; aparecimento de vários cursos de nível técnico e superior na área de turismo; criação e urbanização de novos centros de lazer e implantação de um Conselho Municipal de Turismo.

Em consequência deste crescimento no mercado turístico surge a necessidade de qualificar os recursos humanos. Para tanto, no estado tem surgido diversas Instituições de

Ensino Superior e Técnico que oferecem cursos buscando formar profissionais habilitados para trabalhar na área de turismo e hotelaria. Outra opção para atender a esta necessidade de mão-de-obra é realização de cursos propostos pelo Programa de Capacitação Solidária, que habilitam jovens para atuar nos variados segmentos do mercado de trabalho.

### **3. PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA**

As desigualdades sociais e econômicas do Brasil exigem do governo a elaboração de políticas assistenciais e compensatórias que aliviem a pobreza do país. Em 1995, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou que a proporção de jovens entre 15 e 24 anos sem instrução e com menos de um ano de estudo era de 7,2%, sendo que 15,6% encontravam-se no Nordeste; com a mesma faixa etária e com três anos de instrução eram cerca de 22%, atingindo 40% no Nordeste. Os dados apontavam ainda que no mesmo ano, 39% desses jovens pertenciam a famílias com rendimento de até meio salário (cerca de US\$ 43,00), o que retratava um número expressivo de jovens fora do mercado de trabalho e do sistema educacional (AVÍLA, 2000 b, p.6).

Os dados revelam a situação de precariedade educacional em que vivem os jovens brasileiros, o que conseqüentemente prejudicará sua renda familiar, à medida em que sua colocação no mercado de trabalho será compatível ou inferior ao seu nível educacional.

Os adolescentes são caracterizados por possuírem garra, energia, coragem e criatividade, no entanto, a marginalização em que estão inseridos não os estimulam a realizar atitudes em prol de uma melhor qualidade de vida, pois a grande maioria entrega sua criatividade, coragem e jovialidade para um mundo cheio de violência e drogas.

Diante desta realidade, no ano de 1995, por decreto presidencial, foi criado o Programa Comunidade Solidária, que tem como estratégias à geração de emprego e renda, o apoio ao desenvolvimento do ensino básico e a defesa dos direitos e promoção social das crianças e adolescente no Brasil, tendo por base a articulação solidária da sociedade brasileira na

mobilização de recursos humanos, técnicos e financeiros para o combate à pobreza e à exclusão social.

O Programa Comunidade Solidária é operacionalizado através da Secretaria Executiva e do Conselho da Comunidade Solidária - CCS.

### 3.1 Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva visa tornar as políticas sociais governamentais mais eficientes, através da articulação entre os órgãos federais, estaduais e municipais. É de sua responsabilidade a coordenação do Programa Comunidade Ativa, que foi lançado em julho de 1999.

O Programa visa promover o desenvolvimento do país através do combate à pobreza, para isso aposta no desenvolvimento local e sustentável, pois o crescimento econômico nem sempre resulta no desenvolvimento social. Assim, não basta gerar renda é necessário distribuí-la de forma mais igualitária. Sua relação com o Programa de Comunidade Solidária baseia-se na luta para minimizar a pobreza e fortalecer o espírito solidário.

A escolha dos municípios que participam do Programa é baseada em critérios que levam em consideração o seu nível de pobreza. As ações a serem executadas são fruto de uma mobilização coletiva que envolve diversos setores como: os governos federais, estaduais e municipais, iniciativa privada e entidades não governamentais.

A Comunidade Ativa começou a ser implantada no ano de 1999, em 157 localidades. Até 2002 a meta é atingir 1000 municípios. É preciso esclarecer que o plano de desenvolvimento é da comunidade e não do governo, as prioridades e decisões devem ser respeitadas pelos governos que se sucedem, ou seja, mesmo havendo a troca de governo o plano de desenvolvimento não deve ser interrompido.

A metodologia baseia-se em uma participação ativa de todos da comunidade, no entanto, sabe-se que a sucessão de governos e medidas econômicas pode prejudicar o andamento dos planos de desenvolvimento, embora na concepção do plano esteja previsto que

não ocorrerá este empecilho. Ao ser implantado o Programa em uma comunidade carente, onde a maioria é manipulada pelo governo de poucos, quem nos garante que as obras beneficiarão a comunidade em geral? Talvez as elites locais realizarem medidas que favoreçam muito mais a elas.

### 3.2 Conselho da Comunidade Solidária

O Conselho da Comunidade Solidária (CCS) foi criado em 1995, sendo composto por 21 representantes da sociedade civil, todos com reconhecida participação na área social, 11 ministros de Estado, tendo como Presidente a Senhora Ruth Cardoso. Os conselheiros são nomeados pelo Presidente da República em função de sua trajetória na vida social.

Sua atuação é baseada na adoção de medidas para o fortalecimento da sociedade civil, o desenvolvimento da interlocução política sobre os temas sociais e a criação de novos programas articulando recursos de todos os tipos.

O Conselho atua como mobilizador da participação dos cidadãos e na promoção de parcerias entre o governo. As ações são definidas a partir do diálogo entre estes atores, que devem identificar as necessidades e oportunidades de ação, a fim de contribuir para o desenvolvimento dos projetos, detectando os problemas sociais mais urgentes, com finalidade de melhorar a qualidade de vida dos beneficiados.

Os projetos executados pelo Conselho são financiados pelo Governo Federal, que cobre os gastos com a infra-estrutura. Os outros recursos são obtidos junto aos parceiros públicos e privados: pessoas físicas, empresas, órgãos governamentais, universidades e agencias internacionais de desenvolvimento.

O Conselho, em sua concepção e operacionalização, quer deixar claro que se trata de uma instituição democrática onde as pessoas que ali estão lutaram com todas suas armas para que as populações menos favorecidas economicamente possam ter uma vida mais digna. Assim, são discutidas entre os componentes algumas ações que possam amenizar o sofrimento da maioria do povo brasileiro, no entanto, como podem saber o que as pessoas carentes

realmente estão necessitadas se todos os conselheiros vivem em uma realidade totalmente diferente, ou seja, não existe dentro do conselho nenhum representante das classes baixas? O então Presidente da República nomeia os conselheiros que lhe são convenientes e muitos ali estão participando em busca de marketing e promoção pessoal.

Um novo modelo de atuação social foi estabelecido através da criação de programas que envolvem a comunidade local. O Conselho do Programa de Capacitação Solidária é responsável por elaborar programas que fortaleçam a sociedade civil. Dentre estes programas cita-se: Programa de Alfabetização Solidária, Universidade Solidária, Voluntário, Artesanato Solidário e Capacitação Solidária.

### 3.3 Programa de Alfabetização Solidária - AlfaSol

O AlfaSol foi criado em 1997, com o objetivo de reduzir as taxas de analfabetismo do Brasil. Suas primeiras áreas de atuação foram as Regiões Norte e Nordeste onde, segundo o Censo de 1991 IBGE, encontravam-se os maiores índices de analfabetismo. Somando a isso, cita-se ainda a carência dos municípios que foram beneficiados com o Programa.

No princípio o Programa atingiu 38 municípios das Regiões Norte e Nordeste, alfabetizando 92 mil alunos, tendo como parceiras 38 universidades e 11 empresas. Atualmente o AlfaSol cobre 1.578 cidades destas regiões, além das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em junho de 2001 o Programa alfabetizou 19 milhões de pessoas, envolvendo 203 universidades e mais 90 empresas que investem nesta ação.

O desenvolvimento do Programa ocorre através de módulos que possuem a duração de seis meses, sendo um mês de treinamento para os alfabetizadores nas universidades e cinco meses de curso nas comunidades. A infra-estrutura para realização das aulas é fornecida pelas Prefeituras; as universidades coordenam e acompanham as atividades de capacitação dos recursos humanos que irão ministrar as aulas, que recebem uma bolsa de incentivo. O custo

do aluno é de R\$ 34,00 (trinta e quatro reais) ao mês, que é dividido entre as empresas parceiras e o Ministério da Educação - MEC.

O AlfaSol busca o engajamento e a participação da sociedade para redução das taxas de analfabetismo, por isso em julho de 1999 lançou a Campanha Adote um Aluno, com a intenção de incentivar a adesão de pessoas físicas que contribuem com R\$ 17,00 (dezesete reais) durante seis meses, o MEC participa com outros R\$ 17,00 (dezesete reais).

A realização deste Programa almeja elevar o nível educacional das comunidades mais carentes, apenas através da alfabetização, no entanto, não se trata de um processo contínuo, assim não desenvolve as capacidades do pensamento crítico e criativo, o trabalho desta forma não ajudará muito no desenvolvimento do nosso país, pois as pessoas provavelmente continuarão alienadas e manipuláveis.

#### 3.4 Programa Universidade Solidária (UniSol)

O Programa Universidade Solidária foi lançado em janeiro de 1996. Em 2000 atingiu 810 localidades, envolvendo 160 Instituições de Ensino Superior - IES, dentre elas cita-se a Universidade Estadual da Maranhão - UEMA e a Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

O UniSol é caracterizado pela descentralização, pois seus recursos humanos, técnicos e financeiros são oriundos de diversas instituições públicas e privadas. Ocorre uma adesão voluntária das universidades e dos municípios que desejam participar. Possui um caráter educativo, estando as atividades desenvolvidas ligadas a informações básicas sobre temas de interesse da comunidade, executando ações com multiplicadores locais a fim de assegurar sustentabilidade da comunidade; é flexível sofrendo aperfeiçoamento e modificações constantes de acordo com a realidade local.

Seus objetivos primam pela formação cidadã de futuros profissionais, fortalecendo a responsabilidade social e desenvolvendo a criatividade e liderança. Pela colaboração dos mesmos busca-se, por meio da ação universitária, a melhoria das condições de vida das

comunidades, atuando no cotidiano dos municípios, investindo na organização comunitária e na busca de soluções locais.

Para participar do Programa qualquer IES deve enviar uma solicitação de adesão à coordenação do UniSol, que desenvolve as suas atividades durante todos os meses do ano, através de: **Módulos Nacionais** que são realizados em municípios do Norte e Nordeste do país; de **Módulos Regionais** que são executados próximos às regiões das universidades ( em 2000, a UEMA desenvolveu o Projeto "Uma Forma Sustentável de Produção no Município de Cajari" e a UFMA trabalhou a Educação Ambiental, em Anajatuba) e de **Módulos Especiais** que envolvem atividades diferenciadas dos outros módulos e acontecem em diversas localidades.

Os estudantes compõem o grande diferencial deste Programa. Ao executarem trabalhos em alguma comunidade devem levar consigo o espírito crítico que é desenvolvido durante toda a vida acadêmica, para contribuir com o desenvolvimento pessoal e local.

### 3.5 Programa Voluntário

Em 1996, o Conselho da Comunidade Solidária realizou o primeiro levantamento nacional sobre voluntariado, sendo identificados os principais serviços, tipos de instituições, o potencial de crescimento e as principais deficiências em relação ao tema voluntariado. Assim, em dezembro do mesmo ano foi lançado o Programa Voluntário que visa a produção, sistematização e difusão de informações e conhecimentos sobre voluntariado no Brasil; é responsável pela criação de mecanismos para a transformação das necessidades das demandas em oportunidades de ação.

A estratégia de ação é a articulação e formação de parcerias, constituição de Centros de Voluntários, capacitação, treinamento, comunicação e sensibilização dos voluntários e comunidades. A rede de voluntariado atualmente conta com 34 centros espalhados em 15 Estados e no Distrito Federal e 10 centros em processo de implantação. Esta iniciativa é

viabilizada a partir da parceria entre o Conselho Comunidade Solidária, o Banco Internacional de Desenvolvimento - BID, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e a Fundação Banco do Brasil.

Os Centros Voluntários são entidades autônomas e independentes que foram criadas com intuito de servirem como elos entre aqueles que desejam doar seu tempo e trabalho e os que necessitam de apoio e ajuda, além de serem um local de trocas de experiências, capacitação e divulgação das iniciativas dos voluntariados.

O Programa Voluntário é mais um dos programas inovadores do CCS. Sua criação está ligado ao Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil, juntamente com a RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor, que é uma organização privada, autônoma e sem fins lucrativos, fundada em 1997, que conta com o apoio financeiro de agências privadas, públicas, nacionais e internacionais. Através da Internet visa divulgar informações sobre arrecadação de fundos, suporte jurídico, troca de voluntários, oportunidades de treinamento e modelos de parcerias, entre outros objetivos.

Existem diversos problemas em nosso país onde a responsabilidade de amenizá-los ou saná-los não é apenas do governo, podendo a sociedade contribuir em prol de vidas mais dignas, através do voluntariado, mas é preciso ficar atento, pois muitas organizações que se julgam voluntárias não realizam nenhuma ação solidária e ali estão apenas para receber verbas de instituições internacionais ou mesmo doações locais para fins pessoais.

### 3.6 Programa de Artesanato Solidário

O Artesanato Solidário tem como objetivo a revitalização do artesanato tradicional como alternativa de geração de renda. Os trabalhos desenvolvidos buscam ampliar o número de atores envolvidos, utilizando as matérias-primas disponíveis e, principalmente, respeitando as peculiaridades locais.

O Programa tem apoio do Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Caixa Econômica Federal e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que através deste oferecem benefícios para as comunidades onde o Programa é implantado. A promoção da cidadania é atingida através da orientação e formação de associações de artesãos ou fortalecimento das já existentes; da divulgação e valorização da produção artesanal através do seu aspecto cultural e da abertura de novos caminhos para a comercialização.

Após descrever os Programas propostos pelo Conselho de Comunidade Solidária será trabalhado, de forma mais detalhada, o Programa Capacitação Solidária como capacitador de mão-de-obra jovem, buscando desenvolver profissionais com habilidades para atuarem em diversos setores da economia. Pretende-se delimitar, entre suas habilitações, aqueles que atuam no segmento de turismo e hotelaria em São Luís, buscando verificar a absorção desses ex-alunos no mercado turístico local.

#### **4. PROGRAMA CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA - PCS**

Faz-se necessário descrever a operacionalização do Programa de Capacitação Solidária para melhor entendê-lo, relatando como são realizados os cursos e concursos e identificando seu público-alvo.

A atuação deste programa é justificada por um contexto histórico, marcado por desigualdades sociais e quebra das políticas assistencialistas. Pois, na década de 70, o Estado era visto como ser social forte capaz de produzir empregos e políticas sociais para maior usufruto dos direitos sociais extensivos a todos cidadãos. Porém, nos anos 80 observou-se uma forte quebra de propósitos das políticas sociais. Esta crise dos últimos 20 anos concentrou as transformações produtivas, o desemprego e a precarização das relações de trabalho, ocasionado o aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Entretanto, novos atores sociais emergiram na formação de movimentos voltados para a sociedade civil, ou seja,

ocorreu o surgimento de Organizações Não-Governamentais que possuem um papel fundamental na definição da agenda política do Estado (CARVALHO apud AVILA, 2000b, p.17).

Esta fragmentação da sociedade priorizou como foco de atuação a gestão de ações sociais públicas, que visa detectar as necessidades e carências dos cidadãos, buscando alternativas para amenizar a exclusão social (ÁVILA, 2001, p.16).

Observando as transformações vividas pela sociedade o Governo Federal lançou, através do Programa Comunidade Solidária, o Programa Capacitação Solidária.

Assim, o Programa de Capacitação Solidária - PCS lançou o seu primeiro concurso em 1996, tendo como objetivos principais a capacitação profissional de jovens através do desenvolvimento de habilidades para geração de renda, o incentivo ao retorno à escola, o estímulo à interação social e o fortalecimento das organizações da sociedade civil, buscando contribuir com o aperfeiçoamento metodológico, gerencial e financeiro através da participação dos jovens em seminários, cursos e oficinas.

O Programa desenvolve-se através de cursos propostos e executados por organizações da sociedade civil, que participam de concursos. Os projetos inscritos passam por várias fases e são selecionados por um Comitê Técnico Avaliador.

De 1996 a 2000, o Programa capacitou aproximadamente 87 mil jovens para os campos de trabalho, em cursos desenvolvidos por mais de 1.800 organizações da sociedade civil que atuam em nove regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, São Luís, Belém, Fortaleza, Aracaju, Recife e Salvador; sendo propostos 8.067 projetos e selecionados 2.674 para financiamento (BRASIL, 2000).

#### 4.1 O Programa de Capacitação Solidária em São Luís

A região metropolitana de São Luís é composta pelos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e São Luís, tendo iniciado a sua participação no PCS no ano de 1999. Mesmo com pouco tempo de participação já apresentou no período de 1999 a 2000, 934 projetos, tendo 278 selecionados e 8.615 jovens capacitados.

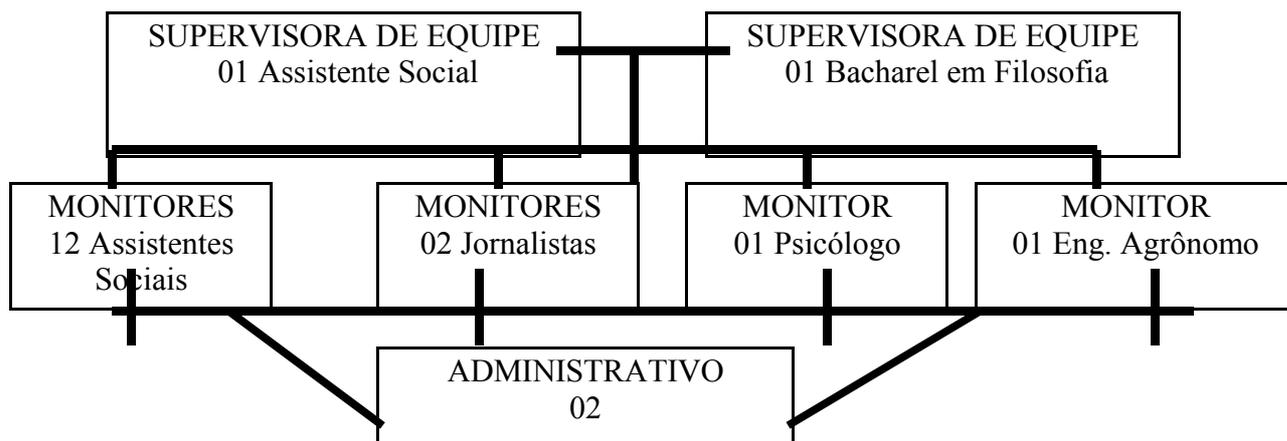
Em 2001, o PCS lançou o XXVI concurso. Os projetos selecionados receberam os recursos financeiros dos seguintes parceiros: Fundação Vale do Rio Doce, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Ministério do Trabalho e Emprego, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

No ano de 2000, a "Grande" São Luís teve 164 projetos aprovados, sendo 12 projetos na área de turismo e hotelaria. Em 2001 teve-se 153 projetos aprovados, na primeira etapa, com seis projetos no referido setor.

O escritório do PCS em São Luís está localizado na Rua de Nazaré, tendo um total de 21 funcionários, formados por uma Supervisora Regional, duas Supervisoras de Equipes, com salários que variam de R\$ 2.000,00 a 2.500,00; 16 monitores, sendo cada monitor responsável por assessorar em média 10 projetos, com um piso salarial que gira em torno de R\$ 1.000,00, e existe duas pessoas que executam trabalhos administrativos, ganhando de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00. Os contratos têm validade de sete meses podendo ou não ser renovados. Os funcionários não devem ter outros vínculos empregatícios durante o turno matutino e vespertino. Todos os custos com recursos materiais e humanos são pagos com o dinheiro da Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária.

Figura 01 - Quadro de Funcionários do Escritório do PCS em São Luís





Fonte: XIMENES, 2001

#### 4.2 Público Alvo

Os programas e os cursos tornam-se mais eficazes quando elegem um foco preciso, ou seja, definem grupos específicos, e o PCS é dirigido a jovens que residem nas regiões metropolitanas, porém inseridos nas camadas de baixa renda e suscetíveis aos processos de exclusão social. Desde modo, o Programa de Capacitação Solidária tem como seu enfoque os jovens de 16 a 21 anos, oferecendo à estes formação educacional e capacitação profissional voltada para o atual mercado de trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera que a faixa etária entre zero e 12 anos compreende crianças, enquanto a faixa entre 12 e 18 anos constitui-se de adolescentes, já no diagnóstico da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD, os adolescentes encontram-se entre 10 a 14 anos; entre 15 a 19 estão os jovens adolescentes e, por fim, de 20 a 24 anos encontram-se os jovens (CNPD apud AVÍLA, 2000b). O PCS utiliza o termo jovem para referir-se ao seu público de interesse (16 a 21 anos).

Devido aos seus objetivos o PCS ao lançar um concurso exige que os participantes estejam inseridos dentro do perfil descrito abaixo:

- jovens que vivem em situação de pobreza, na faixa etária de 16 a 21, de ambos os sexos, freqüentando ou não a escola (ensino fundamental, antigo 1º grau), residente na região metropolitana onde acontece o curso;

- jovens em conflito com a Lei, que vivem na rua, com dependência química de qualquer natureza e/ou em situação de prostituição não poderão participar, visto que estes necessitam de atendimento mais especializado, não previsto nos cursos de pequena duração do PCS;
- os jovens devem ser oriundos de famílias de baixa renda, com média familiar em torno de três salários mínimos;
- em casos especiais, após análise da Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária - AAPCS, poderão ser autorizados no máximo 50% de alunos cursando o ensino médio, porém não serão aceitos os alunos com ensino médio concluído;
- não é permitida a participação de irmãos em um mesmo curso e alunos que já foram capacitados pelo PCS em anos anteriores, em qualquer modalidade (BRASIL, 2000).

A seleção dos jovens é feita pela Organização Capacitadora - OC. Os alunos não deverão ter ônus financeiro de qualquer espécie durante o processo de seleção e execução dos cursos. As turmas devem conter no máximo 30 alunos e a frequência dos participantes deve ser acompanhada pela OC e pela AAPCS. Caso as OCs não cumpram às exigências indicadas acima o PCS não dará autorização para execução dos cursos as mesmas poderão ser excluídas do concurso.

A captação de recursos junto à iniciativa privada, instituições nacionais e internacionais para viabilizar o desenvolvimento da capacitação dos jovens, bem como o apoio administrativo é de responsabilidade da Associação de Apoio ao PCS, que é uma organização sem fins lucrativos.

#### 4.3 Cursos Promovidos

A AAPCS desenvolve, desde 1997, o curso de Gestores Sociais destinado aos profissionais que coordenam e/ou gerenciam projetos sociais. São aceitas apenas inscrições de organizações da sociedade civil, organizações governamentais e do Sistema "S" (SENAC, SESC, SENAI, SESI, SENAR, SENAST, SEST<sup>1</sup>). O curso possui como princípio básico o fortalecimento das organizações da sociedade civil que atuam na área social, apresentando carga horária de 80 horas/aulas. Seu conteúdo baseia-se em uma visão introdutória dos processos de formação social, elaboração de projetos de capacitação profissional, avaliação de projetos sociais e gestão de processos sociais.

De 1997 a 2000 o PCS ofereceu 61 cursos dessa modalidade em 14 regiões metropolitanas, capacitando cerca de 2.686 profissionais de organizações sociais que atuam em 19 estados brasileiros. Em São Luís foram realizados dois cursos formando 64 pessoas. Para dar suporte ao curso foi publicado em dezembro de 1999 um livro, *Gestão de Projetos Sociais*, que devido ao seu sucesso já se encontra na segunda edição (ÁVILA, 2000, p.29).

Em 1998, foi lançado outro curso que a princípio denominou-se Curso Básico de Cooperativismo, porém observando as mudanças no cotidiano e as necessidades dos participantes hoje o curso é denominado de Planejamento e Gestão de Microempreendimentos, possuindo 16 horas/aulas, sendo dirigido as OCs com projetos aprovados em concurso do PCS. Tem como objetivo o fortalecimento das organizações ampliando seus conhecimentos para que possam oferecer aos jovens orientações qualificadas e necessárias para o seu auto-emprego. Seu conteúdo abrange: o mundo do trabalho, planejamento de negócios e as formas legais da organização da produção de bens e serviços.

Entre 1998 e 2000 foram realizados 38 cursos desse enfoque em oito regiões metropolitanas, capacitando 1.213 profissionais de organizações sociais. São Luís capacitou

---

<sup>1</sup> SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SESC – Serviço Social do Comércio, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESI – Serviço Social da Indústria, SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAST – Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte, SEST – Serviço Social do Transporte.

62 pessoas em dois cursos ministrados. Para dar suporte foi publicado em 2000 o livro *Orientação para o Auto-Empreendimento: planejamento e gestão* (ÁVILA, 2000, p.31).

Além desses livros citados que dão apoio aos cursos realizados pela AAPCS, existem outras publicações, cuja finalidade é aperfeiçoar os trabalhos, registrar, difundir e avaliar a metodologia do Programa de Capacitação Solidária.

#### 4.4 Concursos de Capacitação

Os concursos de Projetos para Capacitação Profissional de Jovens são lançados anualmente em regiões com elevado nível de pobreza, que são escolhidas pela AAPCS levando-se em consideração pesquisas realizadas pelo IBGE que visam detectar as condições de vida em várias regiões do Brasil, sendo assim compreende-se porque estes tipos de cursos chegaram no Maranhão. Entretanto, o PCS se mostra ainda muito tímido no estado, pois se levarmos em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, todos os municípios do estado deveriam participar. Porém, a realidade é outra, pois apenas a região metropolitana de São Luís realiza os cursos de capacitação.

Os cursos são lançados por edital que possui ampla divulgação através de anúncios em rádios e jornais, sejam estes comunitários ou não, da distribuição de folhetos e da fixação de cartazes em áreas com grande fluxo de pessoas como escolas, igrejas, postos de saúde, transportes coletivos, além do envio do edital para organizações civis já cadastradas no AAPCS. A divulgação busca ter caráter democrático, atingindo organizações que possuem anos de experiência e aquelas que estão iniciando trabalhos nas áreas sociais.

Após o conhecimento do concurso as organizações interessadas devem elaborar projetos inovadores a fim de descobrir novos nichos de mercado, podendo participar como organizações capacitadoras pessoas jurídicas, não governamentais e sem fins lucrativos, como exemplo as associações, sindicatos, cooperativas, centros comunitários e empresas de pequeno porte, com sede na região metropolitana onde foi lançado o concurso, que queiram desenvolver ações sociais. São excluídas, deste processo, quaisquer organizações

governamentais, pessoas físicas e o Sistema S, estes por sua vez podem constituir importantes parceiros durante a execução dos cursos. A elaboração dos projetos deve seguir as regras estabelecidas no edital (Anexo 8.1).

No decorrer da elaboração do projeto, caso surjam dúvidas, as organizações devem recorrer ao Balcão de Dúvidas, onde existem pessoas preparadas para esclarecimento de qualquer questionamento.

A seleção dos projetos é realizada por seis especialistas, sendo um deles da região onde a mesma ocorrerá e o outro uma pessoa de reconhecida atuação na área social. Os especialistas, após a leitura dos projetos, avaliam os mesmos atribuindo notas que variam de seis a dez, estando organizado em um Comitê Técnico Avaliador, que se reúne ao final do processo do concurso, tendo a duração de aproximadamente cinco meses, para discutir várias questões que aparecem durante a avaliação dos projetos, como por exemplo, a discrepância onde um mesmo projeto recebe, respectivamente, as notas mínima e máxima.

Como foi descrito o processo de seleção é demorado, possuindo sete etapas:

- I. Avaliação do formato do projeto em relação à adequação com o edital;
- II. Ocorre a verificação do registro de ocorrência do Monitoramento Financeiro e Pedagógico - neste momento é verificado se houve durante a execução dos cursos problemas com prestação de contas ou desentendimentos entre monitores e OCs; esta etapa é válida para organizações que já participaram dos concursos do PCS;
- III. Avaliação do Comitê Técnico Avaliador, definida pela média das notas atribuídas pelos especialistas que são orientados pelos seguintes critérios:
  - coerência interna e clareza dos objetivos do projeto;
  - consistência do projeto em relação aos objetivos propostos;
  - compatibilidade do público-alvo com a proposta do PCS;
  - metodologia e conteúdo dos módulos básico e específico;
  - adequação e garantia da vivência prática;

- conteúdo inovador e potencial de geração de renda da capacitação proposta;
- envolvimento da organização social com a comunidade e sua habilidade para articular parcerias;
- adequação e coerência do orçamento;
- viabilidade do cronograma de desenvolvimento do projeto.

IV. Entrevista com os responsáveis formais pela execução do projeto;

V. Adequação do orçamento e do cronograma de desembolso aos parâmetros do PCS;

VI. Apresentação da documentação solicitada na entrevista;

VII. Assinatura do Termo de Compromisso. (AAPCS, 2001).

Assim os projetos que obtêm as melhores médias e passam por todas as etapas são aprovados, recebendo o financiamento para realização dos cursos que deve ser usado com os recursos humanos, os materiais pedagógicos e de consumo, alimentação e transporte para os alunos, bolsa-auxílio para os alunos no valor mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), taxa de administração da OC, equivalente a 10% do valor total do orçamento aprovado, e outros, que são recursos para realizar gastos necessários com tarifas bancárias, atividades complementares, uniformes etc.

#### 4.5 Cursos

Os cursos possuem a carga horária média de 600 horas/aulas, com no mínimo 30 horas semanais, que deve ser desenvolvida no prazo de cinco meses; estando estruturada nos módulos básico, específico, atividades complementares e vivência prática.

Refletindo o contexto local o PCS acredita que é preciso capacitar os jovens para que estes consigam desenvolver outras habilidades. Assim, os cursos devem conter o módulo básico, cujo objetivo é contribuir para o crescimento pessoal, o raciocínio lógico, a concentração, a disciplina, a autonomia, ampliação do universo cultural, a ética, a organização, entre outras habilidades.

As disciplinas propostas no módulo básico são: matemática, português, ética e cidadania, meio ambiente, saúde e sexualidade. Longe de ser um reforço escolar os conteúdos desenvolvidos nestas disciplinas devem estar articulados com o módulo específico, o que é chamado de conteúdo integrador.

No Projeto de Capacitação Profissional "Jeito de Arrumar" com a habilitação em camareira, que aconteceu em São Luís no ano de 2001, trabalhava-se o conteúdo integrador da seguinte forma:

**Módulo Básico**

Juventude e Cultura  
Gênero;  
Ética;  
Diversidade cultural;  
Juventude;  
Violência doméstica;  
Saúde e segurança no trabalho;  
Prevenção de acidentes de trabalho;  
Riscos profissionais;  
Asseio pessoal;  
Sexualidade;  
Doenças sexualmente transmissíveis;  
Meio ambiente.

**Módulo Específico**

Noções sobre Turismo  
Conceito e histórico;  
Turismo no Maranhão;  
Mercado turístico;  
Motivações turísticas;  
Impactos positivos e negativos do turismo.

A articulação dos conteúdos acontece através do tema, por exemplo: o tema impactos do turismo deverá abordar a questão da ética e valores, pois o turismo só poderá ser bem desenvolvido se os nossos valores forem adequados e éticos; dentre os impactos negativos do turismo destacam-se o aumento da prostituição, marginalidade e das drogas, fazendo uma ligação com os conteúdos de saúde e sexualidade, juventude e cultura.

O módulo específico é aquele vinculado à habilidade de geração de renda, com aulas práticas específicas da capacitação. Este módulo deve enfatizar uma abordagem histórica e atual da respectiva atividade profissional, dados sobre produtos e equipamentos utilizados, custos operacionais, a importância da qualidade do produto ou serviço, a higiene e segurança durante a execução das tarefas, noções básicas das leis trabalhistas e, principalmente, a

autogestão. Para complementar o aprendizado são realizadas visitas técnicas aos locais que executem a habilidade de capacitação dos cursos.

O grande diferencial dos cursos do Programa de Capacitação Solidária em relação aos cursos profissionalizantes, além do público-alvo, é a metodologia que busca utilizar sempre dinâmicas de grupos, jogos, músicas, teatro, incentivando e despertando nos jovens a criatividade.

Para auxiliar a ampliação dos conhecimentos sociais e culturais dos alunos são realizadas atividades complementares, que colocam os jovens em contato com outros grupos sociais, sociabilizando os mesmo; estes participam de passeios, espetáculos teatrais, shows, cinemas, jogos e outras atividades recreativas.

Nota-se que as atividades complementares para muitos jovens tornam-se a descoberta de um mundo desconhecido, sendo muito importante que os instrutores consigam durante as atividades de recreação fazer articulação com o conteúdo apreendido em aulas.

*"(...) o que não vou esquecer foi o nosso encontro com alguns turistas. Foi muito legal e eu até consegui dizer I DON'T SPEAK ENGLISH para um deles. Sinceramente me senti muito emocionada. Com toda certeza esse passeio será inesquecível, pois sei que enriqueci meus conhecimentos e tenho a certeza que se existe alguma pessoa do curso que não ama São Luís, vai aprender a amar" (SANTOS, 2001).*

Este é o relato de uma aluna do Projeto Jeito de Arrumar, após um passeio realizado pelo Centro Histórico de São Luís, no dia 26 de agosto de 2001, que descreve o encontro com estrangeiros, com os quais nunca antes havia tido contato e sua emoção ao conseguir trocar algumas palavras com os mesmos, graças às aulas de inglês ministradas no módulo específico, e seu encantamento em conhecer a história de sua cidade, por isso completa: *"hoje sei que o poeta Bandeira Tribuzi tinha toda certeza e razão em ter escrito Louvação a São Luís."*

Através dos conteúdos assimilados a aluna conseguiu se comunicar com os turistas. Foi percebido ainda durante o passeio os equipamentos turísticos existentes na parte histórica da cidade.

Após finalizar os conteúdos, inicia-se a vivência prática. Durante este período os jovens exercitam as habilidades e conhecimentos apreendidos no decorrer do curso. É recomendável que a vivência ocorra fora da OC, para que os jovens possam ter contato mais real com o mercado. É nesse momento também que surge a preocupação com a busca de parceiros que sejam sensíveis para compreender a vivência.

Durante a vivência prática, os colaboradores que cederam o local de trabalho para os jovens não devem ter ônus nenhum; o transporte, a alimentação e o fardamento são de responsabilidade da organização capacitadora. Os parceiros possuem a responsabilidade de orientar e avaliar os jovens durante este período. É expressamente proibido que a vivência prática ocorra durante o turno noturno, que seja realizada em locais prejudiciais à formação e desenvolvimento físico, psíquico, social e moral e que os horários e os locais prejudiquem a frequência escolar dos alunos.

Para os coordenadores a vivência prática é o maior problema durante a realização dos cursos, por vários motivos: o PCS é um Programa de atuação recente, ainda desconhecido por muitas empresas, por isso existem preconceitos por parte de empresários na admissão temporária desses jovens no seu estabelecimento, sendo que a maioria dos cursos trabalha em média com 30 jovens. A problemática encontra-se em inserir todos os jovens no mesmo período na vivência prática; outro problema é quanto à alimentação, uma vez que cada um executa suas tarefas em locais diferentes e o PCS não é favorável à alternativa de que seja oferecido dinheiro para que os jovens possam alimentar-se. O Programa afirma que quando repassado dinheiro para os mesmos estes preferem guardá-lo a se alimentar. Existe ainda algumas áreas de capacitação onde é difícil encontrar locais para a prática.

Ao longo do tempo, com as trocas de experiências, têm surgido alternativas para alguns problemas como: o sistema de rodízio dos jovens dentro dos locais da vivência prática, amenizando a escassez deste locais; as capacitações que não possuem locais para realização da vivência hoje trabalham com oficinas e prestação de serviço comunitário e social.

Durante a realização dos cursos, a Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária realiza um processo de monitoramento e avaliação que tem como finalidade garantir a adequada implementação dos cursos propostos, possibilitando o acesso à informações, metodologias, estratégias, realizando ajustes e ações corretivas em conjunto com a organização, além de registrar os resultados e os impactos dos projetos financiados.

O modelo de monitoramento e avaliação implementado pelo PCS é um processo sistemático que ocorre por meio das seguintes estratégias:

- Seminários de Orientação: ocorrem antes do início dos cursos e têm como público-alvo os profissionais das organizações cujos projetos foram selecionados;
- Seminários Técnico-Pedagógicos: têm oito horas de duração e são destinados aos coordenadores pedagógicos e educadores das OCs, sendo fornecidas aos participantes orientações sobre a filosofia e os conceitos do PCS. É uma etapa de sensibilização;
- Seminários Técnico-Financeiros: têm a duração de quatro horas, sendo destinados aos coordenadores administrativos das organizações financiadas. São discutidos aspectos relacionados à administração de recursos, ocorrendo ainda um treinamento para a utilização do *software* e do manual de orientação para prestação de contas, que é realizada mensalmente;
- Monitoramento do Processo: este ocorre em dois momentos, através do monitoramento técnico-pedagógico e do monitoramento técnico-financeiro. A primeira equipe é formada por monitores com nível universitário e experiência na área social, os mesmo são preparados durante dez dias para incorporar os conceitos trabalhados no Programa de Capacitação Solidária. Já a segunda equipe é centralizada na AAPCS de São Paulo, que se desloca mensalmente para as regiões onde estão ocorrendo os cursos. Este monitoramento é realizado para que os objetivos dos projetos de capacitação sejam alcançados;

- Monitoramento Técnico-Pedagógico: acompanha e avalia a implementação dos módulos básico e específico e da vivência prática. Cada projeto é visitado uma vez por mês, por um monitor do PCS, que não possui papel fiscalizador, mas de colaborador para que os projetos caminhem no sentido correto. Durante as visitas os monitores procuram verificar a alimentação, os conteúdos trabalhados, bem como a integração dos mesmos, a metodologia e as atividades complementares. Ocorre uma conversa com os jovens participantes, onde se busca detectar a opinião deles sobre o curso, as aulas, as atividades e a alimentação. Questiona-se sobre as mudanças ocorridas na vida de cada um, após a participação no curso;
- Monitoramento Técnico-Financeiro: ocorre uma vez por mês com a prestação de contas da parcela mensal recebida para financiamento dos cursos. Tem como objetivo acompanhar o cumprimento das etapas propostas nos projetos;
- Reunião de Supervisores Regionais de Monitoramento: são realizadas no mínimo quatro reuniões por ano com a participação de todos os monitores regionais, a Supervisão Central de Monitoramento e a Coordenação Nacional do PCS. O objetivo é garantir a equalização dos conceitos do Programa, a unidade de procedimentos e a troca de experiências;
- Oficinas Técnicas: são estratégias do monitoramento e avaliação que possibilitam a troca de experiências entre coordenadores, instrutores e jovens. São realizadas três oficinas: na primeira participam instrutores do módulo específico e básico, a fim de compreender um pouco sobre o conteúdo integrador, esta é realizada na última semana do primeiro mês; a segunda ocorre na terceira semana do terceiro mês, participando os coordenadores pedagógicos e instrutores do módulo específico para trocas de experiências e discussão sobre a vivência prática; a terceira oficina conta com a presença de todas as organizações financiadas e de jovens, ocorrendo na terceira semana do último mês de execução dos cursos (ÁVILA, 2000, p.20).

#### 4.6 Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária - AAPCS

A Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária - AAPCS é fruto da união espontânea dos brasileiros preocupados em combater as desigualdades sociais, sendo uma organização civil sem fins lucrativos, que tem como objetivo captar recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais para viabilizar a operacionalização do PCS. Assim se faz necessário comentar a importância do terceiro setor no desenvolvimento de projetos sociais.

No Brasil, na década de 70, ocorreu o fortalecimento da sociedade civil, embrião do Terceiro Setor. Em oposição ao sistema autoritário do estado, as organizações de cidadãos assumiram um relacionamento mais complexo com o avanço da redemocratização e das eleições diretas para todos os diversos níveis de governo. Nesse contexto as reivindicações e conflitos passaram a coexistir com momentos de diálogo e colaboração. Já nos anos 90, surgiu a palavra parceria, expressão de um novo padrão de relacionamento entre três setores da sociedade: Estado, cidadão e mercado. Assim, nesta década o Terceiro Setor surge como uma grande promessa, através da renovação do espaço público e do resgate da solidariedade e da cidadania (FALCONER, 1999, p.03).

As maiores responsáveis pela introdução e valorização do conceito do Terceiro Setor nos países subdesenvolvidos foram as entidades internacionais ou multilaterais, que durante o período militar apoiaram e financiaram iniciativas, cujo objetivo era fortalecer a democracia através da participação popular nos projetos comunitários junto às populações carentes (FALCONER, 1999, p. 5).

Segundo Falconer, o termo Terceiro Setor é utilizado para referir-se a qualquer tipo de ação social das empresas, ao trabalho voluntário de cidadãos, às organizações do poder público privatizadas na forma de fundações e organizações sociais. Este termo divide a cena com outras expressões como: entidades não-governamentais, sociedade civil, organizações

sem fins lucrativos, filantrópicas, sociais, solidárias, independentes, caridosas, de base, associativas etc.

Costuma-se associar o termo Terceiro Setor às organizações da sociedade civil que trabalham por uma causa social sem fins lucrativos, com a sigla ONG - Organização Não-Governamental, generalizando assim todo esse conjunto de ações conduzidas pela sociedade civil. Mas será correto afirmar que todas as organizações deste Setor são ONGs?

Segundo Fischer & Fischer (apud FALCONER, 1999, p.37) este termo não é suficiente para caracterizar as organizações que compõem o Terceiro Setor no Brasil, por três motivos:

*"Primeiro porque não se define uma organização por aquilo que ela não é, vale dizer que sua caracterização como não pertencente à esfera governamental não serve para posicioná-la em nenhum outro espaço da vida política. Segundo porque algumas entidades são, efetivamente, remanescentes de movimentos populares que se caracterizavam nos anos 70 e 80, por denunciar e resistir à repressão do governo; entretanto a própria dinâmica histórica levou-as a reformular suas diretrizes de ação, que hoje, sejam elas quais forem, provavelmente ficarão muito reduzidas se forem explicadas apenas pelo seu caráter de oposição ao governo. E por último que a partir da década de 90 as entidades do terceiro setor não se colocaram em confronto com o governo, pois buscam estabelecer relações de parceria e complementaridade."*

A impossibilidade de conceituar de forma universal as organizações do Terceiro Setor, não exclui que estas possuam características comuns. O'Neill (apud FALCONER, 1999, p.19) defende que estas têm como principais características:

- Propósito/Missão: ganhar dinheiro é subsidiário ao propósito de prover algum bem ou serviço;
- Valores: todas as organizações têm valores próprios, mas em nenhum setor os valores são tão centrais;
- Aquisição de recursos: recebem dinheiro de variadas fontes - vendas de serviços, doações de indivíduos, de empresas e do governo, resultado em investimentos patrimoniais;

- Complexidade organizacional: é tipicamente mais complexa do que uma organização empresarial, no tipo e raridade dos serviços prestados, na relação com múltiplos públicos, na dependência de fontes variadas de recursos.

Existe um consenso entre estudiosos e pessoas envolvidas no cotidiano das ONGs que, no Brasil, um dos maiores problemas enfrentados por este setor é a deficiência no gerenciamento das organizações e a falta de transparência na prestação de contas. Baseados nestes fatos, recentemente surgiram inúmeros programas de capacitação para instituições do Terceiro Setor. Diversas ações estão em curso para melhoria da estruturação; no plano macro, o Estado elabora leis visando a criação de um ambiente legal mais propício às organizações deste setor; no plano organizacional, começam a surgir iniciativas destinadas a apoiar as entidades "sem fins lucrativos" e o aperfeiçoamento de sua gestão torna-se área de estudos acadêmicos (FALCONER, 1999, p.12).

Baseado no pensamento de Fischer & Fischer (apud FALCONER, 1999, p. 33) não iremos tratar a AAPCS como uma organização não governamental, tendo em vista que esta surgiu para apoiar um programa do próprio Governo Federal. Será tratada como uma organização sem fins lucrativos, filantrópica ou voluntária.

No Brasil, de acordo com dados fornecidos pela rede de informações do Terceiro Setor, as organizações da sociedade civil somam cerca de 250 mil e empregam aproximadamente 1,5 milhões de pessoas. Atualmente a AAPCS é uma organização da sociedade civil que trabalha com o maior número de organizações voluntárias no país, financiando projetos propostos por 1.836 organizações capacitadoras, responsáveis por milhares de parcerias (ÁVILA, 2000, p.10).

Como forma de arrecadar recursos e despertar nos brasileiros o espírito solidário a AAPCS lançou a Campanha Mude o Brasil em Um Minuto, em 19 de janeiro de 2000, que tem como proposta chamar a atenção da sociedade para os problemas sociais, principalmente a baixa escolaridade e a falta de capacitação profissional de milhares de jovens.

A campanha já arrecadou em torno de R\$ 32 milhões, através do apoio financeiro, cujos valores variam de R\$ 200 mil a R\$ 2 milhões. As empresas que apóiam têm o direito de exibir suas marcas em qualquer material produzido pela campanha.

Para participar basta utilizar 0800 via EMBRATEL ou acessar a página do Comunidade Solidária através do site da UOL e clicar no ícone da campanha. A cada clique do internauta aparecerá o nome de uma das instituições apoiadoras. Esse ato é apenas simbólico, pois as empresas que participam da campanha já deram sua contribuição para a capacitação profissional dos jovens. A campanha já soma mais de 3 milhões de cliques na Internet e ligações, estimulando assim os cidadãos brasileiros a um gesto de solidariedade. Algumas pessoas entram em contato para a solicitação de material a fim de conhecer mais sobre os Programas, outros mostram interesse em desenvolver trabalhos voluntários.

Além de campanhas, a AAPCS também se preocupa em analisar o que acontece com as organizações capacitadoras dentro deste processo. Por isso, em setembro de 2000, foi organizada uma pesquisa, em cinco regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Fortaleza e Recife) que trabalham com cursos financiados por este Programa. O estudo buscou verificar os impactos causados pelo Programa de Capacitação Solidária sobre as organizações capacitadoras. Constatou-se que o PCS exerce transformações positivas sobre estas, atingindo vários aspectos como a renovação conceitual, imagem, relacionamento interno e externo, metodologia, recursos humanos e materiais e a administração das entidades. As transformações são mais visíveis nas OCs com pouca estrutura, onde todas as transformações são vistas como positivas.

Cabe analisar não apenas os impactos dentro das organizações, mas principalmente as transformações ocorridas nos participantes após o término dos cursos, uma vez que o Programa visa ensinar aos estudantes uma habilidade que pode resultar em geração de emprego e renda, podendo estes se inserirem no mercado de trabalho após a qualificação profissional adquirida durante a participação no Programa de Capacitação Solidária. Para

analisar os vínculos empregatícios que foram adquiridos ou não pelos egressos, faz-se necessário conhecer as etapas de desenvolvimento do trabalho do menor e definir os tipos de vínculos existentes.

## **5. CONCEPÇÕES BÁSICAS SOBRE O TRABALHO DO MENOR**

Para analisar o trabalho desenvolvido por jovens, faz-se necessário conhecer a evolução histórica do trabalho infantil, seus limites, direitos e dificuldades. Utiliza-se o autor Amauri Mascaro Nascimento, 1999, como suporte teórico, pois este relata de forma clara, objetiva e sistematizada a história do Direito do Trabalho no Brasil.

Na antigüidade o trabalho do menor estava vinculado às atividades domésticas e artesanais, os ensinamentos dos ofícios eram transmitidos no âmbito familiar e possuíam um caráter de aprendizagem. Na época medieval, o menor aprendiz, sujeito aos ensinamentos dos mestres e companheiros executavam tarefas produtivas também marcadas por métodos didáticos. No século XVIII, com a Revolução Industrial, o trabalho do menor passou a ser utilizado em larga escala, quer quanto à natureza da tarefa executada, como quanto à duração diária da jornada de trabalho.

O ato inicial do Direito do Trabalho do menor foi em 1802, com o Manifesto de Peel que tinha como protesto "Salvemos os Menores". O resultado desta campanha foi a redução da jornada diária de trabalho dos mesmos para doze horas. Depois deste primeiro passo inicial, várias leis foram surgindo a fim de assegurar a integridade do menor. Na Inglaterra, em 1819, foi aprovada a lei que tornava ilegal o emprego de menores de nove anos e restringia o horário de trabalho dos adolescentes com menos de 16 anos para doze horas diárias nas atividades algodoceiras. Já em 1833, ainda na Inglaterra, uma comissão regulamentou a proibição do emprego de menores de nove anos, além de limitar a jornada de trabalho dos menores de 13 anos em nove horas e vedar a sua participação no trabalho noturno. Em 1934, estendeu-se para todas as atividades a limitação de 14 anos para o trabalho do menor, antes

restrita às indústrias, porém era admitido o trabalho do menor de 12 aos 14 anos, desde que preservada a escolaridade.

No Brasil, a Emenda Constitucional de 1998, estabeleceu que a idade mínima para o trabalho do menor é 16 anos como empregado e 14 anos como aprendiz. Até os 18 anos o menor depende de autorização do responsável legal para contratar trabalho, já aos 18 anos é lícito empregar-se sem a dependência paterna, adquirindo, portanto, plena capacidade trabalhista. A jornada de trabalho do menor deve ser no máximo de oito horas e a semanal de 44 horas. É vedada a prorrogação da jornada diária do menor para cumprir horas extraordinárias destinadas às exigências rotineiras da empresa, porém pode-se trabalhar com o sistema de compensação de horas (BRASIL, 1999, Art.411).

O Estado proíbe o trabalho do menor nos seguintes casos: serviços noturnos; locais insalubres, perigosos ou prejudiciais à sua moralidade e trabalho em ruas, praças e logradouros públicos, salvo mediante a prévia autorização do Juizado de Menores. É permitido o trabalho em locais insalubres para os aprendizes maiores de 16 anos ou estagiários de cursos de aprendizagem, desde que os locais de trabalho tenham sido previamente vistoriados e aprovados pela autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, impondo-se exames médicos semestrais aos menores.

Quando o menor de 18 anos possuir emprego em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas, o que significa dizer que o menor, no segundo emprego, só poderá cumprir o número de horas disponíveis para completar o todo, devendo atingir o valor de oito horas. Esta exigência é necessária para que se possa preservar a escolaridade do menor.

Ao menor é assegurado também o salário mínimo regional integral e, se for o caso, o salário profissional. Os reajustes salariais coletivos são aplicáveis à sua remuneração, que, portanto, sofrerá as mesmas atualizações aplicáveis aos trabalhadores adultos. Os trabalhadores aprendizes podem ser remunerados em níveis inferiores ao mínimo regional. As

férias destes submetem-se às mesmas regras dos adultos, no entanto, sempre devem ser concedidas de uma só vez, sendo proibida a concessão fracionada das férias (BRASIL, 1999, Art.134).

O trabalho do menor deve merecer especial atenção para que a regulamentação das leis possa garantir-lhe o desenvolvimento físico, psicológico, social, cultural e educacional. A concepção histórica do direito do menor foi um processo contínuo que procurou adequar-se com o contexto histórico, mesmo assim o menor por muitas vezes foi explorado e oprimido no âmbito trabalhista. Hoje as leis são mais claras e garantem a integridade do menor, porém na prática não são cumpridas tais leis, o que se vê são menores trabalhando de forma marginalizada. Um grande aliado desta opressão é a falta de conhecimento dos patrões e de muitos dos direitos trabalhistas dos menores. Assim, faz-se necessária a divulgação destas regulamentações, talvez um ensino introdutório de direitos trabalhistas junto às instituições educacionais, para que através das informações adquiridas possa-se caminhar para um futuro mais justo.

Após um breve relato da evolução histórica do trabalho do menor é pertinente conceituar os tipos de vínculos empregatícios que os egressos do Programa de Capacitação Solidária podem ser inseridos, para isso utilizar-se-á do mesmo autor anteriormente citado.

### 5.1 Os Tipos de Vínculos Empregatícios

Segundo a definição do Código de Leis Trabalhistas – CLT (BRASIL. 1999, Art. 3º): "Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Não haverá distinções relativas a espécie de emprego e a condição do trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual".

Assim compreende-se empregado a pessoa física, que presta serviços de natureza não eventual e que recebe salário. O empregador é o destinatário da atividade, que possui o poder de organização, fiscalização e disciplina. Entende-se a relação de emprego como a relação

jurídica de natureza contratual, tendo como sujeitos o empregado e empregador e como objeto o trabalho subordinado, continuado e assalariado.

O trabalho temporário, segundo a Lei nº6.019, de 3 de janeiro de 1974, Art.2º prescreve: "é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviço" (NASCIMENTO, 1999).

Considera-se trabalhador eventual aquele que é desvinculado de uma fonte de trabalho, porque esta não aproveita a sua atividade constantemente, só o fazendo de modo esporádico. A Portaria nº 3.107, de sete de abril de 1971, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, define o trabalhador avulso como: "Entende-se por trabalhador avulso, no âmbito do sistema geral da previdência social, todo trabalhador sem vínculo empregatício que, sindicalizado, não tenha a concessão de direitos de natureza trabalhista executada por intermédio da respectiva entidade de classes" (NASCIMENTO, 1999).

Simplificadamente, o trabalhador eventual será tanto aquele que trabalha esporadicamente, como também aquele que embora prestando serviços diariamente, o faz para diversos beneficiários não se vinculando por uma relação de continuidade. O trabalhador avulso tem como características a intermediação do sindicato de classes, a curta duração dos serviços prestados e a remuneração, que é paga em forma de rateio entre os membros do sindicato.

Uma outra forma de inserção no mercado é o estágio que se trata de uma atividade de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionada ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, não criando vínculos empregatícios de qualquer natureza. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contra-prestação que venha a ser acordada. Os alunos devem estar comprovadamente freqüentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional ou escolas de educação especial. A realização do estágio deve se dar mediante um termo de compromisso celebrado entre o

estudante e a parte concedente, com a intervenção obrigatória da instituição de ensino. Sua jornada de atividade deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio, tendo a duração máxima de quatro semestres.

A definição dos tipos de vínculos empregatícios faz-se necessária para viabilizar a análise da pesquisa de campo que objetiva descobrir a inserção dos ex-alunos do Programa de Capacitação Solidária, no mercado turístico, em São Luís.

## **6. SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA DOS JOVENS EGRESSOS**

### **6.1 Procedimentos Metodológicos**

Inicialmente realizou-se uma pesquisa de gabinete que visou analisar a operacionalização do Programa de Capacitação Solidária em nível nacional e local e verificar quantas organizações capacitadoras no município de São Luís ofertaram cursos na área de turismo e hotelaria. Através de visitas às mesmas aplicou-se questionários juntos aos egressos, cujo objetivo foi buscar informações sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como os vínculos empregatícios adquiridos ou não.

Esta situação problema investigada surgiu de uma curiosidade particular, ocasionada pelo contato com esse tipo projeto, por dois anos consecutivos quando se pode observar que, apesar da questão empregatícia não ser o objetivo principal do Programa, empiricamente sentiu-se que os jovens que ali estavam se qualificando almejavam, após concluir o curso, conseguir alguma oportunidade no mercado de trabalho.

Através da pesquisa de gabinete foram identificadas seis organizações que ministraram no ano de 2001 cursos na área de interesse, segmentados nas seguintes habilitações: garçom, camareira, agente de portaria e recepcionista de hotel. Levando em consideração que o número máximo de alunos por projeto é 30, o que totaliza 180 alunos capacitados, a projeção inicial da metodologia baseou-se em uma amostragem de 30% deste total. Assim, deveriam ser aplicados 54 questionários, sendo 09 por Organização.

A pesquisa teve início no mês de março do ano corrente. A princípio foi previsto que a maior dificuldade seria a localização das organizações, pois as mesmas encontram-se em bairros periféricos de difícil acesso, no entanto, o primeiro obstáculo foi encontrar as pessoas responsáveis por cada curso. As tentativas iniciais de contato foram desestimuladoras, devido à dificuldade de estabelecer formas de comunicação.

O contato por telefone com os responsáveis das organizações ou coordenadores pedagógicos dos projetos, tinha o objetivo de explicar a finalidade da pesquisa e pedir que os mesmos tentassem mobilizar um certo número de jovens com data, hora e local a serem definidos pelos mesmos, para que se realizasse a aplicação dos questionários. Porém, a resposta era sempre negativa, alegando que não tinham mais contato com os egressos, que muitos se encontravam viajando ou que seria difícil reuni-los novamente. Recorreu-se ao escritório local para tentar apoio através da relação de alunos com endereços e telefones, onde foi informado que não seria possível ajudar uma vez que toda a relação dos jovens era enviada ao escritório central em São Paulo. Como já havia sido feito contatos anteriores para solicitação de livros e materiais, que pudessem ajudar na pesquisa bibliográfica, pensou-se que realmente poderia-se conseguir os dados solicitados. Foi enviado um fax expondo os motivos da solicitação dos dados; a resposta mais uma vez foi negativa, alegando falta de ética fornecer estes dados sem autorização dos alunos, compreendendo-se tal atitude.

O primeiro projeto pesquisado localizou-se no Bairro da Maiobinha. Neste não houve dificuldade para reunir os jovens, uma vez que já havia um contato anterior com o grupo por ter-se participado da execução do projeto como instrutora de módulo específico. Telefonou-se para uma aluna que reuniu alguns amigos para realizar a aplicação dos questionários, sendo entrevistados 11 jovens que obtiveram treinamento na área de camareira.

A partir de então, com um pouco mais de motivação, insistiu-se nos telefonemas e houve uma mudança de estratégia: passou-se a dizer que se estava realizando uma pesquisa para o escritório da Capacitação Solidária local, surtindo resultados positivos. A segunda

Organização visitada localizava-se no Anjo da Guarda, onde se realizou a pesquisa com 13 egressos, na habilidade de garçom. Antes da aplicação dos questionários reunia-se todos os jovens para expor os motivos e objetivos da pesquisa, durante os questionamento conversava-se sobre os motivos, as perspectivas, as opiniões deles sobre o Projeto e o mercado de trabalho. Ao término, permanecia-se com eles conversando informalmente, junto com a coordenadora, para tentar absorver cada vez mais informações. Muito deles que estavam ali foram, porque a Senhora Ercília, coordenadora pedagógica, havia oferecido um almoço a quem comparecesse.

A cada visita percebia-se o nível de carência dos jovens, o que pode ser percebido em depoimentos como: *"Sai do emprego, pois meu patrão faleceu. Ele era o pai que não tive" (Jovem egresso, 18 anos).*

Aos poucos foram sendo realizadas as visitas, que demoravam para acontecer, pois dependiam da boa vontade dos responsáveis e dos jovens para colocarem-se à disposição. A próxima organização localizava-se no centro da cidade. Apenas seis jovens, na área de recepcionista de hotel, foram entrevistados. A metodologia utilizada foi a mesma.

A pesquisa continuou na entidade da Cidade Operária, realizada com nove ex-alunos, com habilidade de garçom. Ao final, a senhora Raimunda Maria, coordenadora pedagógica, ofereceu um lanche que se tornou um momento de confraternização e descontração. A última localidade visitada foi a Vila Embratel, onde foram entrevistados 19 egressos, também na área de garçom, desenvolvendo-se a mesma metodologia.

Assim a pesquisa de campo foi finalizada com visita à cinco organizações, atingindo 58 entrevistados, de um total de 167 alunos capacitados. Infelizmente não se conseguiu uma resposta positiva da última entidade, uma pena, uma vez que se dispôs a realizar a entrevista em todas as entidades.

Por dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa de campo a metodologia inicial foi modificada, passando a não ter critérios nos números de entrevistados por entidade, pois não se sabia quantos jovens iriam comparecer às reuniões.

Os questionários foram aplicados pessoalmente, pois nestes existiam perguntas que exigiam o esclarecimento de algumas definições.

O questionário estava distribuído em 18 perguntas, divididas em quatro momentos (Anexo 8.2):

**1º momento - Relação empregatícia anterior ao Programa de Capacitação Solidária (perguntas 01 a 05):**

- As perguntas de números 02, 03 e 04 estavam relacionadas e subordinadas à questão 01;
- A pergunta número 05 subordinava-se à questão 01.

**2º momento - Situação empregatícia durante a realização do curso de Capacitação Profissional (perguntas 06 a 10):**

- As questões 07, 08 e 09 dependem entre si e da resposta da questão 06;
- A questão 10 depende da questão 06.

**3º momento - Colocação no mercado de trabalho após a realização do PCS (perguntas 11 a 15):**

- Os questionamentos 12, 13 e 14 relacionam-se e dependem da resposta da questão 11;
- O questionamento 15 depende da questão 06.

**4º momento - Refere-se à vivência prática, à futura atividade profissional e ao nível de satisfação dos jovens em relação ao trabalho e ao curso (perguntas 16 a 18):**

- A questão número 18 subdivide-se em letras “a” a “g”, a letra "g" foi respondida por todos os entrevistados, mas as letras de "a" a "f" foram respondidas apenas por quem respondeu positivamente as questões 11 e 16.

Como já foi exposto anteriormente foram identificadas seis organizações capacitadoras que ministraram cursos na área de turismo e hotelaria no município de São Luís, no ano de 2001, no entanto a pesquisa foi realizada apenas em cinco entidades, conforme a tabela abaixo:

Tabela -01 - Panorama das Organizações Entrevistadas

<b>Organização Capacitadora</b>	<b>Localização</b>	<b>Qualificação</b>	<b>Nº Jovens</b>	<b>Instrutores dos Módulos Específicos</b>
Clube das Mães da Maiobinha Nossa Senhora de Nazaré	Rua Tianguá Maiobinha	Camareira	29	1 Tecnólogo em Hotelaria 1 Acadêmico de Turismo
Associação de Mulheres Colômbia do Anjo da Guarda	Rua da Colômbia, Qd.19 C. 21 - Anjo da Guarda	Agente de Portaria de Hotel	28	1 Acadêmico de Turismo 1 Bacharel em Processamento de dados
Assoc do Bairro de São Benedito	Av. Sarney Filho s/n - Vila Embratel	Garçom	30	-
Cooperativa de Serviços Técnicos	Rua Rio Branco, 323 Centro	Recepcionista de Hotel	28	1 Tecnólogo em Hotelaria 1 Bacharel em Informática
Assoc. Beneficente Juventude Feliz	U.I 205, Rua 23, Nº 3 Cidade Operária	Garçom	25	2 Técnicos em Garçom (SENAC)

A pesquisa tinha por objetivo maior detectar a absorção dos jovens no mercado de trabalho, após a qualificação profissional, verificando os vínculos empregatícios adquiridos e o nível de satisfação dos mesmos em relação ao trabalho adquirido e ao projeto.

## 6.2 Análise da Pesquisa de Campo

### 1º Momento - Relação Empregatícia Anterior ao Programa de Capacitação

#### Solidária:

Tabela 02 - Experiência Profissional Anterior à Participação no Programa de Capacitação Solidária

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Sim	16	27,6
Não	42	72,4
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

Observa-se que 27,6% dos jovens já haviam tido algum tipo de vínculo empregatício, enquanto 72,4% nunca haviam trabalhado.

Assim a participação desses jovens no Projeto de Capacitação Solidária era visto, por eles, como uma alternativa e/ou esperança para adquirirem uma habilidade a fim de que obtivessem melhores condições de vida através da inserção no mercado de trabalho.

Tabela 03 - Tipos de Vínculos Adquiridos antes da Participação no Curso de Capacitação

ALTERNATIVAS	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL %
Trabalho fixo com carteira assinada	01	6,25
Trabalho fixo sem carteira assinada	08	50,00
Trabalho temporário	01	6,25
Trabalho eventual	06	37,5
Estágio	-	-
Outros	-	-
<b>TOTAL</b>	16	100,00

Conforme se verificou na Tabela dois, 27,6 % dos entrevistados apresentavam-se inseridos em algum tipo de vínculo empregatício antes do curso, na seguinte proporção: 50% possuíam trabalho fixo sem carteira assinada, 37.5% trabalhavam eventualmente e 6,25 % possuíam vínculos temporários ou trabalho fixo com carteira assinada.

Percebe-se que a maior parte dos alunos que possuíam trabalho fixo, não dispunham dos benefícios trabalhistas, uma vez que não tinham carteira assinada. Os trabalhos mais citados foram de office-boy e serviços domésticos, que não exigem qualificação específica.

Tabela 04 - Motivos pelo qual não Permaneceu no Emprego

ALTERNATIVAS	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL %
Remuneração insatisfatória	-	-
Não identificação com a área de atuação	-	-
Incompatibilidade do horário de trabalho com outras responsabilidades	03	33,3
Grande distância do trabalho para o local de residência	-	-
Por ser menor de idade	-	-
Falta de Oportunidade	-	-
Outros	06	66,67
<b>TOTAL</b>	09	100,00

Os jovens que responderam a esta questão foram apenas aqueles que possuíam trabalho fixo. Assim temos que 33,3% dos egressos citaram a incompatibilidade de horário de

trabalho com outras responsabilidades (escola) como motivo principal para saírem do emprego e 66,67% relataram outros motivos, entre eles, destaca-se morte do patrão, falência da empresa e viagens.

Tabela 05 - O trabalho e a Relação com a Área de Qualificação Apreendida no Curso.

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Sim	01	6,25
Não	15	93,75
<b>TOTAL</b>	16	100,00

A maioria dos jovens, 93,75 %, respondeu que o trabalho que possuíam não estava relacionado com a área para a qual se qualificaram, reafirmando o que foi exposto na Tabela de número três, que demonstra que os serviços por eles prestados não exigiam qualificação específica. Apenas 6,25 % afirmaram que o curso ofereceu a oportunidade de qualificar-se melhor dentro do seu ramo de atuação.

Tabela 06 - Motivos pelo qual não Adquiriu Emprego antes de Participar do Programa

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Remuneração insatisfatória	-	-
Não identificação com a área de atuação	-	-
Incompatibilidade do horário de trabalho com outras responsabilidades	08	19,05
Grande distância do trabalho para o local de residência	01	2,38
Por ser menor de idade	06	14,28
Falta de oportunidade	27	64,29
Outros	-	-
<b>TOTAL</b>	42	100,00

A maioria dos entrevistados, 64,29%, citou a falta de oportunidade como fator principal para não adquirir emprego antes da participação no Programa. 19,05% relataram incompatibilidade de horários, 14,28 % alegaram que a menor idade dificultou a inserção no mercado de trabalho e apenas 2,38 % admitiram que a distância do local de trabalho para residência tornou-se uma dificuldade na hora de adquirir um emprego. A maioria dos egressos

já havia ido em busca de trabalho, talvez por isso a falta de oportunidade foi bastante citada, embora alguns deles atrelassem a isso a falta de experiência e qualificação profissional.

A realidade do mercado de trabalho local é reflexo da situação nacional, onde uma pesquisa realizada pelo IBGE revela que houve uma queda na proporção de jovens ocupados na faixa etária de 15 a 24 anos entre 1992 e 1999, passando de 59,2% para 51,7%, respectivamente. Esta redução na taxa de ocupação pode ser resultado de uma opção dos jovens pelos estudos ou das dificuldades do próprio mercado em absorvê-los (IBGE, 2001, p. 244).

## **2º momento - Situação Empregatícia durante a realização do Curso de Capacitação Profissional**

Tabela 07 - Experiência Profissional durante a Participação no PCS

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Sim	-	-
Não	58	100
<b>TOTAL</b>	58	100

Entre os participantes do Programa 100% deles revelaram que não adquiriram nenhum tipo de vínculo empregatício ou não se encontravam trabalhando durante a realização do curso.

Tabela 08 - Motivos pelo qual não adquiriu emprego durante a participação no Programa

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Remuneração insatisfatória	-	-
Não identificação com a área de atuação	-	-
Incompatibilidade de horário do trabalho com outras responsabilidades	22	34,92
Grande distância do trabalho para o local de residência	-	-
Por ser menor de idade	07	11,11
Falta de Oportunidade	34	53,97
Outros	-	-
<b>TOTAL</b>	63	100,00

Os adolescentes expuseram que a falta de oportunidade continuou sendo a maior dificuldade para a inserção no mercado, representando 53,97%; com 34,92% destacou-se a incompatibilidade de horário do trabalho com outras responsabilidades, o que é visto como fator que atrapalha na hora de adquirir algum emprego e, 11,11%, admitiram que a idade não contribuiu para atingir o objetivo desejado.

### 3º momento - Colocação no Mercado após a Realização do PCS

Tabela 09 - Experiência profissional após a Participação do PCS

ALTERNATIVAS	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL %
Sim	18	31,3
Não	40	68,7
<b>TOTAL</b>	58	100,0

Entre os egressos 68,97% não conseguiram uma colocação no mercado de trabalho embora já tivessem adquirido conhecimentos e habilidades em alguma área específica, e apenas 31,03% adquiriram algum tipo de vínculo empregatício.

A busca pela inserção no mercado de trabalho é difícil, uma vez que esses jovens possuem como perfil um nível educacional precário, baixa qualificação e quase nenhuma experiência. A oferta de emprego em nível nacional é incipiente e exige experiência e domínio de conhecimento na área de atuação.

Tabela 10 - Tipos de Vínculos Adquiridos após a Participação no Curso de Capacitação

ALTERNATIVAS	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL %
Trabalho fixo com carteira assinada	04	22,22
Trabalho fixo sem carteira assinada	02	11,11
Trabalho temporário	04	22,22
Trabalho eventual	08	44,45
Estágio	-	-
Outros	-	-
<b>TOTAL</b>	18	100,00

Entre os 31,03% dos egressos que adquiriram vínculos após a participação no Programa de Capacitação Solidária, 44,45% prestam serviços eventualmente, 22,22%

trabalham fixo com carteira, outros 22,22% possuem trabalho temporário e apenas 11,11% trabalham sem carteira assinada.

O percentual de jovens que trabalhavam antes da participação no Programa era de 27,6%. Após a qualificação este número cresceu para 31,03% havendo um aumento de jovens empregados principalmente com vínculos eventuais e em trabalho fixo com carteira assinada, proporcionando aos egressos maior segurança em relação à sua colocação no mercado de trabalho.

Tabela 11 - O trabalho em Relação à Área de Qualificação Apreendida no Curso

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Sim	15	83,33
Não	03	16,67
<b>TOTAL</b>	18	100,00

Dos 31,03% dos ex-alunos que conseguiram colocação no mercado de trabalho após participar no PCS, 83,33% adquiriram emprego na mesma área de qualificação e apenas 16.67% trabalharam em outras atividades. No entanto, a participação no curso foi considerada decisiva para que adquirissem o emprego, pois o curso proporcionou aos jovens uma visão global do mercado de trabalho, despertando auto-confiança e responsabilidade, além de permitir uma vivência prática cujo objetivo era colocar os jovens em contato com o mercado de trabalho, acumulando assim experiências.

Tabela 12 - Motivos pelo qual não Permaneceu no Emprego após Participar do Programa.

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Remuneração insatisfatória	-	-
Não identificação com a área de atuação	-	-
Incompatibilidade do horário de trabalho com outras responsabilidades	01	50
Grande distância do trabalho para o local de residência	-	-
Por ser menor de idade	-	-
Falta de oportunidade	-	-
Outros	01	50
<b>TOTAL</b>	02	100

O questionamento foi respondido apenas pelos alunos que se encontravam inseridos em trabalhos fixos. Entre os egressos 50% não permaneceram no emprego devido à incompatibilidade de horário. 50% citaram outros motivos como a contratação de estagiários do Programa Estadual do 1º Emprego.

Tabela 13 - Motivos pelo qual não Adquiriu no Emprego após Participar do Programa

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Remuneração insatisfatória	-	-
Não identificação com a área de atuação	01	2,27
Incompatibilidade de horário do trabalho com outras responsabilidades	07	15,91
Grande distância do trabalho para o local de residência	01	2,27
Por ser menor de idade	08	18,18
Falta de oportunidade	21	47,73
Outros	06	13,64
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>100,00</b>

Os participantes afirmam que a falta de oportunidade é o maior problema para a obtenção de emprego, representando 47,73%. Dos entrevistados 18,18% culpam a idade, 15,91% a incompatibilidade de horário; já 13,64% alegam outros motivos, como estarem esperando respostas de emprego e, apenas 2,27%, citaram como dificuldade a distância do trabalho para a residência.

Percebe-se que antes da participação no curso a falta de oportunidade era visto como a maior dificuldade sendo representada por 64,29%, após a realização do curso este número caiu para 47,73%.

Uma grande preocupação reside no fato de que quando os jovens começam a trabalhar não conseguem conciliar a dupla jornada entre os estudos e o trabalho, mas apenas 15,91% dos entrevistados sentiram esta dificuldade sendo obrigados a optar. Em uma pesquisa nacional realizada pelo IBGE entre os anos de 1992 a 1999 constatou-se que o índice de jovens de 18 e 19 anos e 20 a 24 anos de idade que trabalham e estudam no Brasil, aumentou em 31,1% e 46%, respectivamente (IBGE, 2000).

**4º momento - A vivência prática, a futura atividade profissional e o nível de satisfação dos jovens em relação ao trabalho e ao curso**

Tabela 14 – Realização de Trabalho com o Trabalho Extra durante o período de Vivência Prática

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Não	42	72,42
Sim, trabalhei nos fins de semana/feriado no mesmo local e habilidade	09	15,52
Sim, trabalhei fins de semana/feriado no mesmo local em outra habilidade	01	1,72
Sim, trabalhei em outro lugar na mesma habilidade fazendo bicos	-	-
Sim, trabalhei em outro lugar e habilidade fazendo bicos	01	1,72
Outros	05	8,62
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>100,00</b>

Entre os participantes 72,42% não realizaram nenhum tipo de trabalho extra durante a vivência prática, 15,52% efetuaram atividades nos fins de semana ou feriados, atuando no mesmo local de trabalho e desenvolvendo a mesma atividade para a qual estava sendo capacitados no curso, 1,72 % dos entrevistados realizaram trabalhos extras em outras atividades. Com o mesmo índice de 1,72%, destacam-se os jovens que trabalhavam em outros locais e 8,62% apontaram outros motivos, sendo que o único citado foi a proposta de trabalho extra que, no entanto, não foi aceita.

Tabela 15 - Aspiração Profissional Futura

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Não	01	1,72
Na área de turismo, não na habilidade apreendida	12	20,69
Na área de turismo, na mesma habilidade apreendida	33	56,9
Não sabe	12	20,69
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>100,00</b>

A habilidade apreendida durante o curso influenciou muitos a escolher a área de turismo, assim tem-se 56,9% dos egressos que desejam trabalhar na mesma habilidade

apreendida, 20,69% aspiram trabalhar na área de turismo, mas em outra habilidade, 20,69% ainda se encontram indecisos quanto ao futuro profissional e apenas 1,72% não desejam trabalhar nesta área. Os dados deixam subentendido que a participação desses jovens no Programa de Capacitação Solidária, aumenta neles a expectativa de um futuro profissional.

Tabela 16 - Relacionamento com os Colegas de Trabalho

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Ótimo	11	37,93
Bom	15	51,72
Regular	03	10,35
Ruim	-	-
Péssimo	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Durante a execução dos cursos os alunos participaram de aulas de relações interpessoais e atividades interativas para que, ao adentrarem no mercado de trabalho, soubessem comporta-se e se relacionar diante de diversas situações e pessoas.

Assim os números comprovam que dos jovens que tiveram oportunidade de inserção no mercado de trabalho, 51,72% consideraram o relacionamento com os companheiros como bom, 37,93% avaliaram como ótimo e 10,35% como regular. Estes últimos avaliam que alguns colegas de serviço temem perder o lugar para os jovens qualificados.

Tabela 17 - Relacionamento com os Patrões

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Ótimo	14	48,27
Bom	12	41,38
Regular	03	10,35
Ruim	-	-
Péssimo	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Os egressos, em sua maioria, encontram-se satisfeitos em relação ao patrão: 48,27% avaliam como ótimo o relacionamento, 41,38% como bom e apenas 10,35% admitem ser regular.

Tabela 18 - Remuneração Obtida

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Ótimo	09	31,03
Bom	08	27,58
Regular	06	20,69
Ruim	03	10,35
Péssimo	03	10,35
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Dos entrevistados 31,03% avaliaram como ótima a remuneração obtida, o que se deve principalmente ao fato de que não recebiam nada anteriormente, não podendo contribuir para o sustento da família, porém destacaram que ganham pouco em relação ao esforço desempenhado. Outros 27,28% consideram boa, 20,69% regular e 10,35% admitem que a remuneração é ruim e péssima. Através deste questionamento os jovens desabafaram e relatam que é muito importante o trabalho adquirido por eles, no entanto a remuneração obtida é insatisfatória se levada em consideração a carga horária trabalhada.

A partir de pesquisas o IBGE relata que em relação aos rendimentos recebidos por jovens de 15 a 24 anos, observou-se que no período de 1992 a 1999, houve uma melhora geral nos rendimentos do trabalho, diminuindo o percentual dos que ganhavam até meio salário mínimo e aumentando a proporção dos que recebiam mais de dois salários mínimos (Síntese de Indicadores sociais, 2000, p.244). Assim espera-se que as remunerações salariais melhorem cada vez mais, para que possam proporcionar uma melhor qualidade de vida para os jovens e todos os brasileiros

Tabela 19 - Carga Horária de Trabalho

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Ótimo	05	17,25
Bom	07	24,13
Regular	10	34,48
Ruim	05	17,25
Péssimo	02	6,89
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Constata-se que apenas 17,25% consideram ótima a quantidade de horas trabalhadas, 24,13% dizem ser boa, 34,48% encontram-se insatisfeitos, classificando-a como regular, 17,25% acham ruim e 6,89% péssimo.

A insatisfação maior se dá com os jovens que atuam como garçons. Segundo depoimentos de alguns egressos que trabalham em bares de São Luís, no período noturno só ganham 10% de comissão e são obrigados a ficar esperando por transporte coletivo para voltar para casa. Os que trabalham em eventos sentem-se menos prejudicados, pois o contratante é responsável pela locomoção, no entanto admitem que existe uma carga horária excessiva.

Quanto à jornada de trabalho o IBGE revela que para os jovens houve uma pequena redução na proporção dos que trabalhavam mais de 40 horas semanais passando de 76,8%, em 1992, para 70,8% em 1999 (Síntese de Indicadores sociais, 2000, p.244).

Tabela 20 - Atividades Desenvolvidas

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Ótimo	09	31,03
Bom	15	51,72
Regular	05	17,25
Ruim	-	-
Péssimo	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Dos entrevistados 31,03% avaliaram que as atividades desenvolvidas são ótimas, 51,72% as consideraram boas e 17,25% regulares. Essas atividades envolvem desde os serviços rotineiros até a participação em reuniões, treinamentos e confraternizações.

Tabela 21 - Ambiente de Trabalho

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Ótimo	14	48,27
Bom	12	41,38
Regular	03	10,35
Ruim	-	-
Péssimo	-	-

<b>TOTAL</b>	29	100,00
--------------	----	--------

Quanto ao ambiente de trabalho 48,27% o classificaram como ótimo, 41,38% como bom e 10,35% como regular. Os ambientes de trabalho nos quais a maioria dos jovens está inseridas possuem boas condições de salubridade e segurança, oferecendo boas condições para o desenvolvimentos das atividades.

Tabela 22 - O Curso

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>NÚMERO ABSOLUTO</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
Ótimo	46	79,31
Bom	12	20,69
Regular	-	-
Ruim	-	-
Péssimo	-	-
<b>TOTAL</b>	58	100,00

Os egressos encontram-se muito satisfeitos em relação ao curso. 79,31% admitem que o curso foi ótimo e 20,69% o classificam como bom. Todos os jovens relataram que a participação no curso contribuiu com algum aspecto positivo para a sua vida, seja na forma de geração de emprego, desenvolvimento de habilidade profissional, experiência no mercado de trabalho e novos conhecimentos.

Ao analisar os dados expostos, é possível afirmar que são de grande valia programas sociais deste tipo. Os jovens carentes encontram-se excluídos da sociedade e sem oportunidades. Os cursos propõem a estes jovens o aprendizado de uma habilidade, assim a participação no curso é visto, por eles, como uma possibilidade para inserção no mercado de trabalho, objetivando, melhores condições de vida.

Observou-se que 27,6% dos jovens já haviam tido algum tipo de vínculo empregatício, antes da participação nos cursos propostos pelo Programa de Capacitação Solidária, enquanto 72,4% nunca haviam trabalhado. Após a participação nos cursos o número de jovens que foram absorvidos pelo mercado aumentou para 31,03 %. Um aumento percentual de 4%, o que pode parecer irrisório, no entanto, ao se analisar o mercado competitivo e exigente de hoje

em relação à vida de cada jovem, cheias de dificuldades, a pouca idade e a falta de experiência, esses dados tornam-se de grande valor.

Os vínculos empregatícios existentes antes do curso encontravam-se distribuídos na seguinte proporção: 50% dos alunos possuíam trabalho fixo sem carteira assinada, 37,5% trabalhavam eventualmente e 6,25 % possuíam vínculos temporários, 6,25% trabalho fixo com carteira assinada do total de 27,6% que trabalhavam. Ressalta-se ainda, que os trabalhos adquiridos não exigiam qualificação específica como: office-boy e serviços domésticos. Com o término do Programa os 31,03% dos egressos que desenvolvem atividades profissionais encontram-se distribuídos em: 44,45% prestam serviços eventualmente, 22,22% trabalham fixo com carteira, 22,22% trabalham temporariamente e apenas 11,11% trabalham sem carteira assinada.

Nota-se um aumento percentual de aproximadamente 7% nos trabalhos eventuais, sendo esse tipo de vínculo o que mais absorveu os jovens, ocorreu uma elevação na inserção dos alunos de 16% tanto para os trabalhos fixos com carteira, como para os trabalhos temporários e se percebe uma queda de 39% entre os egressos que adquiriram trabalho fixo com carteira. Em relação ao setor de atuação, 83,3% foram absorvidos na área para qual se qualificaram, enquanto, antes do curso esse percentual era de apenas 6,25%, representado um aumento de 77,05%. Assim percebe-se que a participação no curso foi de extrema importância para adentrar no mercado de trabalho.

A maioria dos entrevistados, 64,29 %, citou a falta de oportunidade como fator principal para não adquirir emprego antes da participação no Programa, após o curso esse índice é de 47,73%, observando-se que o aprendizado de uma habilidade específica oportuniza ofertas de emprego. Entre os egressos 56,9% desejam atuar no segmento turístico, na mesma atividade para qual foram habilitados, 20,69% aspiram trabalhar na área de turismo, mas em outra habilidade, 20,69% encontram-se indecisos quanto ao futuro profissional e apenas 1,72% pretendem mudar de setor de atuação. Os dados revelam que a participação dos

jovens no Programa desperta e aguça suas aptidões para a escolha do seu futuro profissional, principalmente na área da qualificação.

Como futura profissional de turismo e ex-instrutora do Programa de Capacitação Solidária é gratificante sentir nesses jovens a oportunidade de um futuro melhor, pois embora alguns não tenham conseguido adquirir um trabalho, muitos relatam que agora possuem uma qualificação, experiência, conhecimento e novos amigos, admitem que após a participação no curso tornaram-se pessoas mais responsáveis e conscientes. A única ressalva que fazem é que deveria haver um processo contínuo de acompanhamento, outros cursos para aperfeiçoamento e confraternizações.

### 6.3. Alternativas de Aperfeiçoamento/Melhoria do PCS

A ressalva anterior baseia-se no fato de que os jovens que não adquiriram empregos sentem-se sem apoio. Para este problema propõem-se duas alternativas de solução: a primeira, realizar um ano após o término do curso, um projeto de reciclagem profissional com os jovens egressos e oferecer cursos afins para que possam melhor executar as habilidades apreendidas. Esses cursos deveriam ocorrer na mesma organização capacitadora, oferecendo as mesmas facilidades do Programa de Capacitação Solidária, porém com uma carga horária mais compacta.

A segunda proposta seria a criação de um centro educacional, onde os jovens egressos trabalhariam como voluntários e/ou bolsistas executando atividades de entretenimento, elaborando e ministrando pequenos cursos para outros jovens e comunidade em geral, sendo responsáveis pela sua limpeza, preservação e manutenção, assim estar-se-ia envolvendo diversos jovens nas mais variadas áreas de habilitação.

Dentro deste espaço poder-se-ia construir uma central de cadastro de jovens, de acordo com suas habilidades, com o objetivo de oportunizar trabalho para os mesmos, semelhante ao Sistema Nacional de Emprego - SINE. Muitas empresas poderiam contratar estes jovens, pois

tem crescido entre as entidades a idéia de marketing social, assim a empresa poderia obter melhor aceitação pública e conseguir redução de impostos.

A idéia seria: o jovem capacitado na área de informática seria responsável pelo setor de informática, fazendo cadastramento dos jovens egressos; o recepcionista seria um jovem que se capacitou para essa habilidade. Criaria-se um jornal interno para circulação que seria de responsabilidade do setor de comunicação, composto também pelos jovens egressos nesta habilidade. Assim, as várias habilidades iriam se congregarem em um mesmo espaço, proporcionando aos participantes, oportunidade de trabalho. Os mesmos seriam responsáveis pelo oferecimento de cursos e execução de atividades de cunho social, como campanhas para arrecadação de alimentos e roupas.

Os jovens participantes deste centro receberiam uma bolsa auxílio além de transporte e alimentação, que seria preparada pelos próprios jovens, ou seja, todos os setores existentes dentro do centro seriam coordenados pelos jovens egressos, subordinados a um coordenador geral, de nível superior.

A seleção dos jovens para participar deste centro seria primeiramente voluntária, em seguida seria feita uma triagem através de entrevistas e, após um ano dos selecionados no centro, realizar-se-ia um rodízio para oportunizar a participação de outros jovens.

O recurso, para financiar o centro seria adquirido junto a AAPCS, entidades privadas e públicas, nacionais ou internacionais, bem como pessoas físicas ou jurídicas.

## **7. CONCLUSÃO**

O Turismo é uma atividade que vem crescendo em nível mundial. O incentivo a este setor é visto com bons olhos, já que é uma atividade predominantemente prestadora de serviços, gerando emprego e renda, uma vez que atingi diversos segmentos diferentes da economia, oportunizando assim a criação de novos postos de trabalho.

O mercado atual exige mão-de-obra que domine várias áreas de conhecimento e que esteja constantemente em processo de aprendizagem. O Programa de Capacitação Solidária

segue esta tendência realizando cursos que formem profissionais com um leque de informações para atuarem no mercado.

O PCS proporciona aos alunos a oportunidade de desenvolverem suas atividades através da vivência prática, onde os participantes podem aplicar as teorias apreendidas na prática, desenvolvendo o seu espírito empreendedor, incentivando o otimismo, a auto confiança e a necessidade de realização profissional.

Observou-se que o setor turístico tem absorvido de maneira ainda tímida os egressos do Programa de Capacitação Solidária, uma vez que apenas uma parte dos egressos pesquisados, do Programa de Capacitação Solidária, conseguiram inserir-se, com algum tipo de vínculo empregatício, no segmento turístico e a participação destes nos cursos foi decisiva na aquisição do trabalho ou em mudança favorável de comportamento. No entanto, este número é pequeno em relação ao mercado turístico atual, assim existe um longo e difícil caminho a percorrer para que o turismo realize os benefícios sociais para os quais tem potencial.

O Programa de Capacitação Solidária é um projeto recente que vem tentando conquistar cada vez mais espaço em nível nacional e local. O desconhecimento deste Programa por muitos empresários torna-se um empecilho na hora de adquirir um emprego, somando-se ainda a jovialidade, pouca experiência e um mercado competitivo, todos esses fatores congregados levam os jovens a sentirem dificuldades de inserir-se em algum tipo de trabalho. Assim, embora os números nos mostrem uma razoável absorção deve-se pensar em todos os fatores negativos que envolvem a vida de cada jovem, ao pensar desta forma, os pequenos números resultaram em grandes transformações.

Entre os egressos que adquiriram vínculos empregatícios a maior parte foi absorvida pelos trabalhos eventuais, principalmente no setor de eventos. Os mesmos encontram-se

satisfeitos com trabalho, embora alguns afirmem que a carga horária e a remuneração são insatisfatórias em relação ao esforço desempenhado.

Através das entrevistas foi percebido que os jovens apóiam o desenvolvimento deste tipo de Programa e se mostraram muitos satisfeitos com os cursos do qual participaram.

A realização dos cursos na área de turismo e hotelaria não apenas forma mão-de-obra para o mercado turístico, como também absorve profissionais de níveis técnicos e superior para trabalharem com instrutores e consultores durante a operacionalização do curso, representando um novo campo para atuação dos profissionais de turismo.

Vimos, portanto, que os objetivos do Programa de Capacitação Solidária estão sendo atingidos, haja vistos que os egressos que não adquiram vínculos empregatícios sentem-se com maior auto-estima e mais motivados em ampliar os seus conhecimentos.

A realização do PCS em São Luís tem obtido resultados significantes com apenas três anos de atuação, as sementes estão sendo plantadas, espera-se que os resultados sejam otimizados.

## **8. ANEXOS**

### 8.1 – QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE TURISMO  
QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM

**Área de qualificação:** \_\_\_\_\_

**1. Você já havia trabalhado antes de haver participado do curso?**

sim

não

**2. (Se respondeu sim) Qual o tipo de vínculo empregatício que você possuía?**

- Trabalho fixo com carteira assinada;                       Trabalho fixo sem carteira assinada;  
 Trabalho Temporário;     Trabalho eventual;  
 Estágio;     Outros

**3. Seu trabalho estava relacionado com a área de qualificação apreendida durante o curso?**

- sim     não

**4. Qual é o motivo pelo qual não permaneceu no emprego?**

- a remuneração não foi satisfatória;  
 não se identificou com a área de atuação;  
 incompatibilidade de horário do trabalho com outras responsabilidades;  
 grande distância do local de trabalho e a residência;  
 por ser menor de idade;  
 falta de oportunidade;  
 Outros \_\_\_\_\_

**5 - ( Se respondeu que não) Qual o motivo pelo qual não adquiriu o emprego?**

- a remuneração não foi satisfatória;  
 não se identificou com a área de atuação;  
 incompatibilidade de horário do trabalho com outras responsabilidades;  
 grande distância do local de trabalho e a residência;  
 por ser menor de idade;  
 falta de oportunidade;  
 Outros \_\_\_\_\_

**6 Você adquiriu algum emprego durante a realização do Curso de Capacitação Solidária?**

- sim     não

**7 (Se respondeu sim) Qual o tipo de vínculo empregatício que você possuía?**

- Trabalho fixo com carteira assinada;                       Trabalho fixo sem carteira assinada;  
 Trabalho Temporário;     Trabalho eventual;  
 Estágio;     Outros

**8. O trabalho que você adquiriu estava relacionado com a área de qualificação apreendida no curso?**

- sim     não

**9. Qual é o motivo pelo qual não permaneceu no emprego?**

- a remuneração não foi satisfatória;

- incompatibilidade de horário do trabalho com outras responsabilidades;
- não se identificou com a área de atuação;
- grande distância do local de trabalho e a residência;
- por ser menor de idade;
- falta de oportunidade;
- Outros \_\_\_\_\_

**10 - (Se respondeu que não) Qual é o motivo pelo qual não adquiriu o emprego?**

- a remuneração não foi satisfatória;
- não se identificou com a área de atuação;
- incompatibilidade de horário do trabalho com outras responsabilidades;
- grande distância do local de trabalho e a residência;
- por ser menor de idade;
- falta de oportunidade;
- Outros \_\_\_\_\_

**11. Você adquiriu algum emprego após a realização do Curso de Capacitação Solidária?**

- sim  não

**12. (Se respondeu sim) Qual o tipo de vínculo empregatício que você possuía?**

- Trabalho fixo com carteira assinada;  Trabalho fixo sem carteira assinada;
- Trabalho Temporário;  Trabalho eventual;
- Estágio;  Outros

**13. O trabalho que você adquiriu está relacionado com a área de qualificação apreendida no curso?**

- sim  não

**14. ( Se respondeu não) Qual é o motivo pelo qual não adquiriu o emprego?**

- a remuneração não foi satisfatória;
- incompatibilidade de horário do trabalho com outras responsabilidades;
- não se identificou com a área de atuação;
- grande distância do local de trabalho e a residência;
- por ser menor de idade;
- falta de oportunidade;
- Outros \_\_\_\_\_

**15. Durante a vivência prática, ocorreu alguma proposta para realização de trabalho extra?**

- não;
- sim, trabalhei nos fins de semana ou feriado no mesmo local de vivência a pedido do gerente atuando na mesma habilidade para qual fui capacitado;
- sim, trabalhei nos fins de semana ou feriado no mesmo local de vivência a pedido do gerente atuando em outra habilidade;
- sim, trabalhei em outro lugar fazendo bicos, exercendo as atividades que eu aprendi durante o curso;
- sim, trabalhei em outro lugar fazendo bicos , exercendo outras atividades.
- outros \_\_\_\_\_

**16. Você deseja trabalhar na atividade que aprendeu durante o curso?**

- não;
- desejo trabalhar na área de turismo, mas não na habilidade que aprendi;
- desejo trabalhar na área de turismo na habilidade que aprendi;
- não sei.

**15 COMO VOCÊ AVALIA O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO:**

**a) Relacionamento entre os colegas de trabalho**

- ótimo     bom     regular     ruim     péssimo

**b) Relacionamento com os patrões**

- ótimo     bom     regular     ruim     péssimo

**c) Remuneração obtida**

- ótimo     bom     regular     ruim     péssimo

**d) O ambiente de trabalho**

- ótimo     bom     regular     ruim     péssimo

**e) Atividades desenvolvidas**

- ótimo     bom     regular     ruim     péssimo

**f) Carga horária de trabalho**

- ótimo     bom     regular     ruim     péssimo

**g) Ao Curso**

- ótimo     bom     regular     ruim     péssimo

## 8.2 EDITAL DO CONCURSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS









## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ARAÚJO, Anna Gabriela.** *Turismo no Mundo*. Rio de Janeiro: Revista Marketing, n.348, ano 36, p.22-29, 2002.

**ARENDIT, Ednilson José.** *Introdução à Economia do Turismo*. 2.ed.Campinas: Ed. Alínea, 2000, 142 p.

**ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PROGRAMA CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA.** *EDITAL DE CONCURSO: XXVI Concurso de Projetos para Capacitação Profissional de Jovens*. São Luís: 2001.

**ÁVILA, Célia M. (org.).** *Gestão de Projetos Sociais*. 3. ed. São Paulo: AAPCS, 2001. 142 p.

\_\_\_\_\_. *Orientação para o Auto-Empreendimento: planejamento e gestão*. São Paulo: AAPCS, 2000a. 80 p.

\_\_\_\_\_. *Programa Capacitação Solidária Concepção e Sistema Operativo Básico*. São Paulo: AAPCS, 2000b. 36 p.

\_\_\_\_\_. *Uma Contribuição para o Fortalecimento da Sociedade Civil*. 3. ed. São Paulo: AAPCS, 2000c. 39 p.

**BANCO MUNDIAL.** *O Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a redução da pobreza*. 31/mar/2001, Vol. 1, 45 p.

**BARRETO, Margarida.** *Planejamento e Organização em Turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. 164 p.

**BRASIL, Hildemar.** *Análise Econômica do Turismo no Brasil*. Conferência ECA/USP, 2001. [www.embratur.org.br](http://www.embratur.org.br). Acesso em 23 de agosto de 2002.

**BRASIL,** *Consolidação das Leis do Trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 57p.

\_\_\_\_\_, Ministério do Trabalho e Emprego. *Relatório de Atividades da Capacitação Solidária - 2000*. São Paulo: AAPCS, 2001. 122 p.

**CAMPUS, Luiz Cláudio de A. M.; GONÇALVES, Maria Helena B.** *Introdução a Turismo e Hotelaria*. Rio de Janeiro: SENAC, 1998. 112 p.

**FALCONER, Andres Pablo.** *A Promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: USP, 1999, 50 p.

**FALCONER, Andres Pablo, FISHER, Rosa Maria.** *Desafios da Parceria Governo Terceiro Setor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, 47 p.

**GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MARANHÃO. *Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão: Plano Maior***. São Luis: VCR, 2000. 50 p.

\_\_\_\_\_. *Crescimento e Investimentos em São Luís*. Jornal “O Estado do Maranhão”, São Luís, 05/ago/2002, caderno “Economia”.

**IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: estudos, pesquisa, informações demográficas e sócio-econômicas***. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, 369 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Crianças e Adolescentes: indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 6, 1997, p. 1-80.

**LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César. *Economia do Turismo***. Campinas: Papirus, 1996, 122p.

**LICKOZISH, Leonard J. et al. *Introdução ao Turismo***. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 317 p.

**LOBATO, Fabiana. *Indicadores do Turismo Mundial e Nacional***. São Luís: Texto Mimeo, 2002.

**MOREIRA, Delmo. *Conhecer por Dentro: há muitos sinais de progresso, mas os piores índices sociais do Brasil assolam o Maranhão de Roseana e Sarney***. Revista Época, São Paulo, v. 1, n. 194, p. 34-45, 18 fev. 2002.

**NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho***. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 960 p.

\_\_\_\_\_, *Iniciação ao Direito do Trabalho*. 18 ed. São Paulo: LTR, 1992, 850 p.

**OLIVEIRA, Aristeu de. *Manual de Práticas Trabalhistas***. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2001, 800 p.

**RABAHY, Wilson Abrahão. *Planejamento do Turismo: Estudos Econômicos e Fundamentos Econométricos***. São Paulo: Loyola, 1990.

**RUSCHMANN, Doris. *O Planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente***. São Paulo: ECA/USP, 1994, Tese de Doutorado em Ciência da Comunicação.

**SANTOS, Joelma. *Passeio pelo Centro Histórico***. São Luis, Clube de Mães da Maiobinha, 20 de agosto/2001. Entrevista a Betania Lima Ximenes

**SCHWARTZAM, Simon. *As Causas da pobreza***. In: **Rio Workshop**, 2001, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.airbrasil.org.br/simon/paradoxos-main.htm# - toc 517261224> Acesso em 15 jan. 2002.